



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

Município de Gaspar, Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito - Superintendente de Gestão Compartilhada, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, Divulgam:

Processo Administrativo Nº 150/2018
EDITAL DE LICITAÇÃO
Tomada de Preços Nº 10/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA REGIÃO CENTRAL NO MUNICÍPIO DE GASPAR/SC, PARA A SUBSTITUIÇÃO DE 153 CONJUNTOS DE LUMINÁRIAS DE BAIXO RENDIMENTO INSTALADOS EM PONTA DE BRAÇO, FIXADOS EM POSTES DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DA CONCESSIONÁRIA CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A, POR NOVOS CONJUNTOS DE LUMINÁRIAS LED (LIGHT EMITTING DIODE), CONFORME PROJETO BÁSICO.

Tipo de licitação: **Menor preço.**

Forma de Julgamento: **Global.**

Regime de Execução: **Empreitada por preço unitário.**

Regência: Lei nº 8.666/1993, LC nº 123/2006 e legislações complementares.

Data e horário de apresentação dos envelopes: **Até às 09 horas do dia 10/07/2018.**

Data e horário de abertura dos envelopes: **Dia 10/07/2018, às 09h30min.**

Valor Estimado da Licitação: R\$ 746.881,22 (*setecentos e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e um reais com vinte e dois centavos*).

Local de apresentação e abertura dos envelopes: **no Departamento de Compras/Licitações, no prédio da Prefeitura de Gaspar (edifício Edson Elias Wieser), situado na Rua São Pedro, 128 - Centro, Gaspar/SC.**

Horário de Expediente: 8h às 12h e das 13h às 17h.

OBSERVAÇÃO: As sessões da presente Tomada de Preços serão transmitidas por meio da INTERNET, através do canal YOU TUBE, ao vivo, permanecendo on-line até o final do certame com possibilidade de acesso a todos os interessados.

O MUNICÍPIO DE GASPAR, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, sob a modalidade de **Tomada de Preços**, dispondo no presente Edital as condições da sua realização.

1 - DO OBJETO E VALOR MÁXIMO DA OBRA

1.1 Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de modernização do sistema de iluminação pública da região central no município de Gaspar/SC, para a substituição de 153 conjuntos de luminárias de baixo rendimento instalados em ponta de braço, fixados em postes de rede de distribuição de energia elétrica da concessionária Celesc Distribuição S/A, por novos conjuntos de luminárias LED (Light Emitting Diode), conforme Projeto Básico.

1.2 Valor máximo da obra: R\$ 746.881,22 (*setecentos e quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e um reais com vinte e dois centavos*).

2 - DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar desta Licitação os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, cadastrados no órgão licitante através do Cadastro Municipal, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

2.1.1 Também poderão participar quaisquer outros interessados pertencentes ao ramo de atividade, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que, embora não cadastrados na forma do subitem anterior, atendam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, desde que também atendam a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

2.1.1.1 Para a realização de cadastro no órgão licitante, os interessados deverão dirigir-se ao Departamento de Compras, em dias úteis e no horário de expediente, portando os documentos necessários para cadastro, ou encaminhá-los por correspondência ou terceiros ao Departamento de Compras, que examinará os documentos e se os mesmos cumprem os requisitos mínimos para o cadastro.

2.1.1.2 Processada a análise pela Comissão Permanente de Licitação (CPL), esta irá Deferir ou Indeferir o pedido.

a) Caso deferido o pedido, será emitido pela CPL o Certificado de Registro Cadastral – CRC, com validade de 1 (um) ano a partir da data de emissão;

b) Caso indeferido o pedido, o interessado será notificado para efetuar as correções necessárias e, após corrigidas e atendidas as exigências, seu pedido será Deferido.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

2.1.1.3 Incumbirá ao interessado manter seu cadastro atualizado perante o órgão licitante.

2.1.1.3 Os documentos necessários para o deferimento do cadastro e emissão do CRC estão disponíveis na página oficial do Município: www.gaspar.sc.gov.br – licitações – Cadastro de Fornecedores.

2.2 Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:

2.2.1 Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;

2.2.2 Em dissolução ou em liquidação;

2.2.3 Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei nº 8.666/1993;

2.2.4 Que estejam impedidas de licitar e de contratar com o Município, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, e decretos regulamentadores;

2.2.5 Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/1998;

2.2.6 Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.2.7 Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.2.8 Estrangeira não autorizada a funcionar no País;

2.2.9 Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/1993;

2.2.10 Que estejam reunidas em consórcio.

DO CREDENCIAMENTO

2.3 A licitante poderá se fazer representar por representante legal, considerada qualquer pessoa investida de poderes pelo licitante, mediante contrato, procuração ou documento equivalente, para falar em seu nome durante a reunião de abertura dos envelopes, seja referente à documentação ou à proposta.

2.3.1 Entende-se por documento credencial:

a) contrato social, quando a pessoa credenciada for sócia do licitante;

b) procuração ou declaração do licitante com poderes para que a pessoa credenciada possa falar em seu nome em qualquer fase desta licitação, acompanhada de documento de identificação.

(Modelo no Anexo I)



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

2.3.1.1 A assinatura do documento deverá, previamente à sua apresentação, ser reconhecida em cartório.

2.3.2 Cada representante poderá representar apenas um licitante.

2.3.3 O documento de representação será apresentado à Comissão Permanente de Licitação (CPL) no início dos trabalhos na sessão, isto é, antes da abertura dos envelopes “Documentação” e “Proposta”, ou quando esta o exigir.

2.3.4 A não apresentação do documento legal de representação não inabilitará ou desclassificará o licitante, mas impedirá o seu representante de se manifestar em seu nome.

2.3.5 A Comissão de Licitação designada para o presente certame licitatório poderá, em qualquer fase da licitação, exigir a apresentação dos originais dos documentos que forem entregues mediante cópias reprográficas.

3– DA HABILITAÇÃO

3.1 Habilitação Jurídica

3.1.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual, **ou**;

3.1.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, **ou**;

3.1.3 Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício, **ou**;

3.1.4 Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

a) Será obrigatório, sob pena de inabilitação, que a licitante tenha em seus atos constitutivos/objeto social as atividades compatíveis com o objeto deste Edital.

3.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

3.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) com data de emissão não superior a *60 (sessenta) dias*.

3.2.2 Se a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica estiver com data de emissão superior ao mencionado no subitem anterior, a Comissão poderá fazer consulta on-line para verificar a validade do registro, não se responsabilizando em caso de mal funcionamento dos sistemas de comunicação no momento da consulta.

3.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

débitos relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.

3.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual.

3.2.5 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal.

3.2.6 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei.

3.2.7 Prova de regularidade relativa a Seguridade Social - INSS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei, mediante Certidão Negativa de Débito.

3.2.8 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, criada pela Lei 12.440, de 07.07.2011.

I) Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa e certidões positivas que noticiem que os débitos certificados estão garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

II) As certidões negativas deverão ser do domicílio ou sede da licitante.

III) O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

IV) A data de emissão dos documentos relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista não poderá ser superior a *60 (sessenta) dias*, quando não constar expressamente no corpo destes o seu prazo de validade.

3.3 Qualificação Econômico-financeira

3.3.1 Certidão Negativa de **falência, concordata ou recuperação judicial** expedida pelo Distribuidor da sede fiscal da pessoa jurídica, emitida em até 90 (noventa) dias corridos antes da data de apresentação dos Documentos de Habilitação;

3.3.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação das Propostas.

3.3.2.1 A licitante com menos de um ano de existência, que ainda não tenha balanço, deverá apresentar demonstrações contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência;

3.3.2.2 Entenda-se por “na forma da lei”:

a) Sociedades empresariais em geral: registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou do domicílio da Licitante, acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento do Livro Diário do qual foi extraído (art. 5º, § 2º, do Decreto-Lei nº 486/1969);

b) Sociedades empresárias, especificamente no caso de sociedades anônimas regidas pela Lei nº



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

6.404/1976: registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante e publicado em Diário Oficial e em Jornal de grande circulação (art. 289, caput e § 5º, da Lei nº 6.404/1976);

c) Sociedades simples: registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede; caso a sociedade simples adote um dos tipos de sociedade empresária, deverá sujeitar-se às normas fixadas para as sociedades empresárias, inclusive quanto ao registro na Junta Comercial.

3.3.3 A comprovação da boa situação financeira da licitante será feita por meio da avaliação, conforme o caso:

a) Do balanço referido no subitem 3.3.2, através das seguintes análises:

$$\text{Índice de Liquidez Corrente (ILC)} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00$$

$$\text{Índice de Liquidez Geral (ILG)} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

$$\text{Grau de Endividamento (GE)} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} \leq 1,00$$

b) Das demonstrações contábeis referidas no subitem 3.3.2.1, cujo Índice de Solvência, obtido conforme fórmula a seguir, terá de ser maior ou igual a um (≥ 1):

$$\text{Índice de Solvência} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Exigível Total}} \geq 1$$

Os índices de que tratam as alíneas “a” e “b” do subitem 3.3.3 serão calculados pela licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, mediante sua assinatura e a indicação do seu nome e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade.

3.4 Qualificação Técnica

3.4.1 Capacidade Técnico-Profissional

3.4.1.1 Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente de pessoal, na data da licitação, profissional detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva CAT – Certidão de Acervo Técnico, devidamente registrado na entidade profissional competente, relativamente à execução de serviços de características semelhantes aos considerados relevantes ao atendimento do objeto da licitação, relacionados abaixo:

Profissional engenheiro eletricista, com as atribuições do artigo 8º da resolução 218/73 do CONFEA, ou profissional com as mesmas atribuições legais, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica para as seguintes atividades:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

- a) Instalação de unidades, conjuntos ou pontos de iluminação pública com luminária tipo LED (Light Emitting Diode), em vias públicas;
- b) Elaboração de projeto de iluminação pública com luminária tipo LED (Light Emitting Diode), em vias públicas;

3.4.1.2 A Comprovação do vínculo entre o profissional e a empresa licitante será demonstrado através de:

- a) Cópia da Ficha ou Livro de Registro do Empregado ou da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), quando o profissional for empregado;
- b) Cópia do Contrato Social da empresa, quando o profissional for sócio da empresa.
- c) Cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, quando o profissional for diretor de sociedade anônima;
- d) Cópia do Contrato de Prestação de Serviços, ou outra forma legal que comprove tal vínculo, devidamente registrado em cartório competente, sendo que o profissional não pode ser contratado em período de experiência ou por prazo explícito em contrato inferior ao necessário para o cumprimento do prazo para execução do objeto deste edital, ficando a licitante, nessas condições, inabilitada.

3.4.1.1 No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.

3.4.2 Capacidade Técnico-Operacional

3.4.2.1 Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica firmado(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente, atestando que a empresa licitante executou serviços pertinentes e compatíveis com as características da presente licitação, compreendendo o seguinte:

- a)** Instalação de 76 (setenta e seis) unidades, conjuntos ou pontos de iluminação pública com luminária tipo LED (Light Emitting Diode), em vias públicas;
- b)** Elaboração de projeto de iluminação pública com luminária tipo LED (Light Emitting Diode), em vias públicas, com 76 (setenta e seis) luminárias tipo LED;

3.4.3 Certidão de Registro da Empresa junto ao CREA/CAU

Apresentação de Certidão de Registro da Empresa junto ao CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo, dentro de seu prazo de validade.

3.4.4 Declaração formal indicando o(s) nome(s), CPF e o(s) número(s) do(s) registro(s) no Conselho Profissional competente do(s) responsável(eis) técnico(s) que acompanhará(ão) a execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

3.4.4.1 O(s) responsável(eis) técnico(s) indicado(s) deverá(ao) ser o(s) detentor(es) do(s) atestado(s) de responsabilidade técnica (item 3.4.1.1) apresentado(s) para qualificação técnica do licitante.

3.4.4.2 No decorrer da execução da obra, o(s) profissional(is) indicado(s) como Responsável(eis) Técnico(s) poderá(ao) ser substituído(s), nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

3.4.5 Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, garantindo ainda que não haverá qualquer tipo de paralisação dos serviços por falta destes.

3.4.5.1 A Contratada poderá também ser notificada a substituir os equipamentos que não atendam as especificações ou em mau estado de conservação e operação.

3.4.6 Declaração de conhecimento do local de execução dos serviços, não podendo ser alegado, a qualquer tempo, quaisquer reivindicações decorrentes do desconhecimento das condições do local (Modelo no Anexo III).

3.4.7 A Comissão Permanente de Licitação, a seu critério, poderá diligenciar junto às licitantes, objetivando a comprovação da fidedignidade da documentação apresentada.

3.4.8 Para dar mais celeridade ao certame, recomenda-se à licitante, apresentar somente o(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido, e indicar com marca texto os itens que comprovarão as exigências.

3.5 Outros Documentos:

3.5.1 Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 1999 (Modelo no Anexo II).

3.5.2 Para comprovação da condição de **Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte** (se for o caso): Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma do art. 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC) ou, em se tratando de Sociedade Simples, deverá apresentar Documento expedido pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sob pena de ser desconsiderada a condição de ME ou EPP.

3 . 6

OBSERVAÇÕES

A) Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

B) No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no Conselho Regional competente do Estado de Santa Catarina, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.

C) O representante legal que assinar, pela empresa licitante, os documentos de que trata a habilitação, deverá estar credenciado para esse fim, comprovando seu credenciamento, caso a Comissão Permanente de Licitação exija tal comprovação.

D) Os documentos pertinentes e exigidos neste Edital, dentro do Envelope nº 01, deverão, de preferência, ser entregues fixados, numerados sequencialmente e na ordem indicada neste edital, a fim de permitir maior rapidez durante a conferência e exame correspondentes.

E) Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz, mantendo esta a responsabilidade pela entrega dos documentos mencionados.

F) Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou, em cópia autenticada por cartório competente ou, autenticados por servidor da Administração ou, por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

G) Os documentos serão autenticados por servidor da Administração, a partir do original, até às 17 horas do dia anterior à data marcada para o recebimento dos envelopes “Documentação” e “Proposta”.

H) Serão aceitas somente cópias legíveis e não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

I) A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.

J) Os documentos de habilitação deverão ser entregues na data e no local mencionado no Edital, apresentados em envelope lacrado e identificado com os seguintes dizeres:

<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR PROPONENTE: (razão social) CNPJ: (CNPJ da Proponente) Tomada de Preços nº 10/2018 Envelope nº 01 - HABILITAÇÃO</p>

4- DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 A proposta de preços deverá ser apresentada no Envelope nº 02, acompanhada dos documentos constantes nos itens 4.1.1 a 4.1.6, sob pena de desclassificação, da seguinte forma:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

Carta da proposta de preços em uma única via com base nas especificações e condições estabelecidas no projeto básico e no edital, devendo, obrigatoriamente, ser datilografada ou impressa em papel por qualquer processo eletrônico, em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas ou entrelinhas, contendo a razão social completa e CNPJ da licitante, endereço, telefone e/ou “fac-símile” e/ou endereço eletrônico, fazer referência ao banco, à agência e respectivos códigos e ao n.º da conta corrente, para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento, devendo a última folha ser datada e assinada pelos responsáveis técnicos da licitante, constantes em sua certidão de registro no CREA/CAU, devidamente identificados, com nome completo, título profissional e número de registro no CREA/CAU, e pelo(s) representante(s) legal (is) da licitante, também devidamente identificado(s), com nome completo e número do RG, contendo:

- Número da licitação;
- Objeto da licitação;
- Valor global para fornecimento integral do objeto da licitação, em algarismos em por extenso;
- Validade da proposta por 60 (sessenta) dias a partir da data do recebimento das propostas;
- Garantia para todos os serviços prestados e materiais fornecidos por 1 ano, e para as luminárias LED por 5 anos, após o início de sua operação, em condições normais;

4.1.1 **Bonificações e Despesas Indiretas - BDI**, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual;

4.1.1.1 O BDI deverá apresentar a composição de acordo com os seguintes parâmetros:

Tomador: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

Objeto: Modernização do sistema de iluminação pública da região central no Município de Gaspar/SC

Identifique o tipo de obra:	4	
		Informe a base de cálculo do ISSQN.
		(X) Sobre os serviços. Sobre a mão-de-obra.
Construção e manutenção de estações e redes de distribuição de energia elétrica	4	Informe a ocorrência da DESONERAÇÃO da folha de pagamento. Lei 12844/2013.
		(X) SEM Desoneração. () COM Desoneração.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

Item Componente do BDI	Intervalo de admissibilidade		
	1º Quartil	Médio	3º Quartil
Administração Central	5,29%	5,92%	7,93%
Seguro e Garantia	0,25%	0,51%	0,56%
Risco	1,00%	1,48%	1,97%
Despesas Financeiras	1,01%	1,07%	1,11%
Lucro	8,00%	8,31%	9,51%

I1: PIS e COFINS	3,65 %
I2: ISSQN (conforme legislação municipal)	3,00 %
I3: Cont.Prev s/Rec.Bruta (Lei 12844/13 - Desoneração)	4,50 %

BDI Máximo admissível- SEM Desoneração da folha de pagamento	27,86 %
BDI Máximo admissível- COM Desoneração da folha de pagamento	30,09 %

Os índices máximos admissíveis de BDI, estão de acordo com os recomendados pelo Acórdão 2622/2013-TCU, e deverão ser representados pela fórmula abaixo:

$$\text{BDI - SEM Desoneração} = [(1+AC+S+G+R)X(1+DF)X(1+L)/(1-I1-I2)]-1$$

$$\text{BDI - COM Desoneração} = [(1+AC+S+G+R)X(1+DF)X(1+L)/(1-I1-I2-I3)]-1$$

4.1.1.2 As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária.

4.1.2 **Planilha de materiais e serviços**, preenchida com quantidades, preços unitários e totais para todos os itens, com a indicação de um único modelo ou código ou referência ou tipo ou padrão, e respectiva marca ou fabricante, para todos os materiais ofertados.

4.1.2.1 A composição dos custos unitários da licitante não poderá ultrapassar o valor unitário e total da Planilha de materiais e serviços (Anexo A do Projeto Básico) elaborada pelo Município.

4.1.3 **Planilha de composição dos encargos sociais.** (Modelo no Anexo IV).



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

4.1.4 **Catálogos**, originais ou cópias autenticadas, ou emitidas via internet (desde que disponíveis em site oficial para conferência), para todas as luminárias LED ofertadas.

4.1.5 **Cálculos lumino técnicos**, em papel impresso, para comprovação de que as luminárias ofertadas atendem os valores mínimos de iluminância média horizontal (Eméd) e o fator de uniformidade da iluminância ($U = Emín/Eméd$), exigidos para cada uma das vias dos itens 4.4.1 a 4.4.11 do Projeto Básico, e seus respectivos parâmetros, também, informados nos mesmos itens, realizados através de softwares independentes para cálculos lumino técnicos, tipo AGI 32, Dialux da Dial GmBh ou equivalente, devidamente assinados pelo seu responsável técnico, com indicação do nome completo, título profissional e número de registro na entidade profissional competente. Não serão aceitos cálculos efetuados através de softwares desenvolvidos para uso direcionado das luminárias do próprio fabricante.

4.1.6 **Arquivo de dados fotométricos das luminárias no formato IES (Illuminating Engineering Society)**, em meio magnético (Pendrive, CD ou DVD), devidamente identificados, com caneta de tinta indelével para CD/DVD, ou etiqueta e alta aderência, com a razão social da licitante, CNPJ e o número da licitação, de todas as luminárias ofertadas, para comprovação do desempenho fotométrico.

4.2 No preço proposto serão computadas todas as despesas para a execução da obra, a totalidade dos custos e despesas do objeto da presente licitação e todas as despesas com a instalação do canteiro de obras, mobilizações e desmobilizações de instalações provisórias, limpeza final da obra, sinalização, energia, mão-de-obra, materiais, máquinas e equipamentos, encargos das leis trabalhistas e sociais, todos os custos diretos e indiretos, incluindo-se também o BDI, taxas, remunerações, despesas fiscais e financeiras, e quaisquer despesas extras e necessárias, não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação, vez que nenhuma reivindicação para o pagamento adicional será considerada.

4.3 Os licitantes deverão, para fins de elaboração da proposta, verificar e comparar todos os projetos fornecidos para execução dos serviços.

4.3.1 No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem como transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá ao licitante formular imediata comunicação escrita à Comissão Permanente de Licitação, no prazo estabelecido no item 17.1 deste edital, para fins de esclarecimento por parte da Comissão.

4.4 Em nenhuma hipótese, o conteúdo das propostas poderá ser alterado, seja com relação às características técnicas, prazo de entrega, prazo de garantia e preço dos serviços, equipamentos e materiais ou de qualquer outra condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas aquelas destinadas a sanar apenas falhas formais, alterações essas que serão



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

analisadas e julgadas pela Comissão Permanente de Licitação.

4.4.1 Erro no preenchimento da planilha não é motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação;

4.4.2 A falta de data e/ou rubrica e assinatura da proposta somente poderão ser supridas pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes “Proposta de Preços” e com poderes para esse fim, sendo desclassificado o licitante que não satisfizer tal exigência;

4.4.3 A falta do CNPJ e/ou endereço completo poderá, também, ser suprida com aqueles constantes dos documentos apresentados dentro do Envelope n.º 01–“Documentação”.

4.5 A validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias contados da data de recebimento dos envelopes.

4.5.1 Caso o prazo estabelecido no item 4.5 não esteja expressamente indicado na proposta, este será considerado como aceito para efeito de julgamento.

4.5.2 Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da Administração, poderá ser solicitada prorrogação geral da referida validade a todos os licitantes classificados, por igual prazo, no mínimo.

4.5.3 Decorridos 60 (sessenta) dias entre a data do recebimento e início da abertura dos envelopes de preços, sem a solicitação ou a convocação de que trata o item 4.5.2, os licitantes ficam liberados dos compromissos assumidos.

4.6 Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

4.7 Não serão aceitas propostas enviadas por via correio, fax ou qualquer outro meio de comunicação. As propostas enviadas pelo correio somente serão aceitas se dentro da correspondência os envelopes de habilitação e propostas vierem devidamente fechados e lacrados, na forma exigida por este Edital.

4.8 A apresentação de proposta será considerada como evidência de que a licitante EXAMINOU CRITERIOSAMENTE OS DOCUMENTOS E EXIGÊNCIAS DESTA EDITAL e CONHECEU O LOCAL EM QUE SERÃO EXECUTADOS OS SERVIÇOS, julgando suficiente para a elaboração da proposta voltada à execução do objeto licitado, em todos os seus detalhamentos.

4.9 A proposta de preços deverá ser entregue na data e local mencionados no Edital, apresentada em envelope lacrado, identificado com os seguintes dizeres:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PROPONENTE: (razão social)
CNPJ: (CNPJ da Proponente)
Tomada de Preços Nº 10/2018
Envelope nº 02 - PROPOSTA DE PREÇOS

5 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1 Após analisar a conformidade das propostas com o estabelecido neste Edital, será declarada como mais vantajosa para a Administração a oferta de **Menor Preço Global**.

5.2 A licitante que atender todas as exigências do edital, e que apresentar o menor preço global, deverá apresentar amostras, em até 3 (três) dias úteis, após a convocação por escrito pela Comissão Permanente de Licitação, de todas as luminárias LED, para verificação das características técnicas destes materiais, por comissão técnica indicada pelo Município;

5.2.1 As amostras deverão ser entregues devidamente embaladas, de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, indicando externamente na embalagem, com etiquetas adesivas de alta aderência, o item da Planilha de Materiais e Serviços a que se referem, conforme segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PROPONENTE: (razão social)
CNPJ: (CNPJ da Proponente)
Tomada de Preços Nº 10/2018
Amostra do item Nº _____ da planilha de materiais e serviços

5.2.2 Não serão aceitas entregas parciais das amostras das luminárias LED;

5.2.3 A licitante que apresentar amostra das luminárias LED, que não atendam integralmente as exigências técnicas do edital será desclassificada, e, em consequência, será chamada a próxima colocada para o mesmo procedimento e assim sucessivamente até o êxito da adjudicação;

5.2.4 Após a adjudicação da vencedora da licitação, as amostras dos materiais estarão à disposição das licitantes para retirada, no mesmo local em que foram entregues.

5.3 A Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

5.4 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, preço ou vantagem baseados nas ofertas dos demais licitantes.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

5.5 Não se admitirá proposta que apresentar preço global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este Edital não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.6 À Comissão Permanente de Licitação, além do recebimento e exame das propostas, caberá o julgamento da obediência às condições aqui estabelecidas, bem como em seus anexos, e a decisão quanto às dúvidas ou omissões deste Edital

6- DO PROCEDIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

6.1 No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença dos licitantes, a Comissão Permanente de Licitação receberá os Envelopes nº 01 e nº 02, bem como as declarações complementares, e procederá à abertura da licitação.

6.1.1 Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

6.2 Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

6.2.1 O horário para o recebimento dos envelopes será rigorosamente cumprido, não se admitindo o recebimento de quaisquer envelopes após o horário estabelecido. Em caso de insistência por parte do interessado, os envelopes serão protocolados no horário do ocorrido e o mesmo será lavrado em ata.

6.3. A seguir, serão identificados os licitantes e seus representantes legais e proceder-se-á a abertura dos Envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação.

6.3.1. O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes.

6.3.2 Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando os licitantes.

6.3.2.1 Na hipótese acima, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços, rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de habilitação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

6.4 Será julgada inabilitada a licitante que:

- a)** deixar de atender alguma exigência constante deste Edital;
- b)** não apresentar, no prazo definido pela Comissão de Licitação, os eventuais esclarecimentos exigidos;
- c)** incluir a proposta de preços no Envelope nº 01.

6.5 Ao licitante inabilitado será devolvido o respectivo Envelope nº 02, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.

6.5.1 Os envelopes contendo as propostas das empresas inabilitadas ficarão à disposição destas pelo período de 30 (trinta) dias, contados da data de abertura dos envelopes de Propostas de Preços das licitantes habilitadas e, após decorrido este prazo sem a manifestação do interessado, estes serão destruídos.

6.6 Antes de efetuar o julgamento da habilitação, a Comissão identificará e comunicará a participação ou não de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para fins de aplicação das condições especiais de que tratam os artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.6.1 Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/2006, a Comissão promoverá o julgamento da habilitação dos licitantes enquadrados na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e, em relação a estas, adotará o seguinte procedimento:

a) serão analisados os documentos não integrantes da regularidade fiscal, decidindo-se sobre o atendimento das exigências constantes do Edital, de forma que serão inabilitados os licitantes que apresentarem irregularidades em relação a estas exigências;

b) serão analisados os documentos relativos à regularidade fiscal, declarando-se:

b.1) o atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação; ou

b.2) o desatendimento das exigências constantes do Edital com a suspensão do julgamento da habilitação fiscal em relação aquela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, postergando sua apreciação para o momento posterior a classificação definitiva das propostas com a aplicação do parágrafo 1º do art. 43 da LC nº 123/2006.

6.6.2 Ocorrendo a situação estabelecida no item b.2, acima, a licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte poderá se manifestar, na própria reunião, sob pena de decadência, sobre a desistência de sua proposta acaso não vislumbre a possibilidade de regularização da habilitação fiscal na forma da lei, isentando-se de eventual penalização em caso de ser declarada vencedora do certame.

6.7 Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços dos licitantes habilitados serão abertos, na mesma sessão, desde que todos os



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim após o regular decurso da fase recursal.

6.7.1 Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes quanto ao direito de recorrer, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços serão rubricados pelos licitantes presentes em seus lacres e mantidos invioláveis até a posterior abertura.

6.7.2 Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos superveniente ou só conhecidos após o julgamento.

6.8 As propostas de preços dos licitantes habilitados serão então julgadas, conforme **item 7** deste Edital.

6.9 Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.

6.10 Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.

7 - DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1 Transcorridos os prazos e depois do julgamento dos eventuais recursos interpostos, será marcada hora e data da próxima sessão para abertura das Propostas de Preços das licitantes habilitadas. Nesta sessão, serão abertas as Propostas de Preços das licitantes habilitadas e rubricadas pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes dos licitantes.

7.2 Analisadas as propostas, a Comissão de Licitação fará a classificação provisória pela ordem crescente dos preços apresentados.

7.3 Será desclassificada a proposta que:

7.3.1 Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

7.3.2 Estiver em desacordo com qualquer das exigências do presente Edital;

7.3.3 Contiver oferta de vantagem não prevista no Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;

7.3.4 Apresentar preços unitários ou preço global superiores àqueles constantes da Planilha de materiais e serviços (Anexo A do Projeto Básico) elaborada pelo Município;

7.3.5 Apresentar preços unitários ou globais simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

7.3.6 Apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato;

7.3.6.1 Considera-se manifestamente inexequível a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo Município, ou;

b) Valor orçado pelo Município.

7.3.6.2 Nessa situação, será facultado ao licitante o prazo de 3 (três) dias úteis para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.

7.4 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5 Após a eventual desclassificação das propostas que não atenderem às exigências dos itens acima, as demais propostas serão classificadas provisoriamente em ordem crescente dos preços propostos.

7.6 Classificadas as propostas, na hipótese de participação de licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), que faça jus ao tratamento diferenciado, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006:

7.6.1 A Comissão verificará as propostas classificadas ofertadas por licitantes ME/EPP que sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta classificada em primeiro lugar, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP.

7.6.2 As propostas que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP melhor classificado será notificado para, se desejar, apresentar uma nova proposta de preço para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada.

7.6.2.1 A nova proposta de preço deverá ser apresentada de acordo com as regras deste Edital, no prazo estabelecido em ata ou na intimação do licitante.

7.6.3 Caso a ME/EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, ou não apresente proposta válida, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP participantes que se



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido nos subitens anteriores.

7.6.4 Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP empatadas, no referido intervalo de 10% (dez por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitens acima.

7.6.5 Havendo êxito no procedimento, e sendo considerada válida a nova proposta apresentada, a ME/EPP assumirá a posição de primeira colocada do certame. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP, ou ainda não existindo ME/EPP participante, permanecerá a classificação inicial.

7.7 Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

7.7.1 Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados.

7.7.1.1 O sorteio será feito através da aposição em cédulas dos nomes dos licitantes empatados, sendo que ditas cédulas deverão ser colocadas em urna fechada, da qual será retirada apenas uma das cédulas, sendo esta a primeira classificada, e assim retirando-se as cédulas sucessivamente, até que se classifiquem todos os licitantes então empatados.

7.7.1.2 Decorridos trinta minutos da hora marcada, sem que compareçam todas as convocadas, o sorteio será realizado, a despeito das ausências.

7.8 Após o julgamento e a classificação final das propostas, caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, que faça jus ao tratamento diferenciado, havendo alguma restrição na comprovação de sua regularidade fiscal, ser-lhe-á assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.8.1 O prazo para a regularização fiscal começará a correr a partir do encerramento da fase de julgamento das propostas, aguardando-se o decurso desse prazo para a abertura do prazo da fase recursal.

7.8.2 A não-regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 1993 e neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

7.9 A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação da ata na página oficial do Município (www.gaspar.sc.gov.br), salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

7.10 Após o regular decurso da fase recursal, o processo licitatório será submetido à autoridade competente para que se proceda à devida homologação e consequente adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor.

7.11 Vencidos os prazos recursais será realizada publicação com o resultado final da licitação.

8 - DOS RECURSOS

8.1 Dos atos da Administração, praticados no curso desta licitação, serão admitidos os seguintes recursos:

8.1.1 Recurso hierárquico, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato, ou da lavratura da ata de reunião, nos casos de:

8.1.1.1 habilitação ou inabilitação da licitante;

8.1.1.2 julgamento das propostas;

8.1.1.3 anulação ou revogação da licitação;

8.1.1.4 indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

8.1.1.5 rescisão do Contrato por ato unilateral da Administração, nos casos a que se refere o inciso I do artigo 79 da Lei nº 8.666, de 1993;

8.1.1.6 aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

8.1.2 Representação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do Contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

8.1.3 Pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato, no caso de declaração de inidoneidade por decisão do Secretário Municipal.

8.2 Interposto o recurso, tal ato será comunicado aos demais licitantes, que poderão apresentar contra-razões no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual pode reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado.

8.3.1A decisão deverá ser proferida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contando do recebimento do



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

recurso.

9 – DA CONTRATAÇÃO

9.1 Após a homologação da licitação, a Adjudicatária terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.1.1 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pelo Município.

9.1.2A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Município, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

9.1.2.1 O disposto nesta subcondição não se aplica aos licitantes convocados nos termos do art. 64, § 2º da Lei n.º 8.666/93, que não aceitarem a contratação nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

9.2 É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista neste Edital.

9.3 A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.4 Correrão por conta da Contratada quaisquer despesas que incidirem ou venham a incidir sobre o Contrato.

10 - DOS PRAZOS DO CONTRATO

10.1 O prazo de emissão da Ordem de Serviço será de **10 (dez) dias úteis**, contados da assinatura do Contrato.

10.2 O prazo de início da execução será de **10 (dez) dias**, contados do recebimento da respectiva Ordem de Serviço.

10.3 O prazo de conclusão e entrega da obra será de **90 (noventa) dias**, contados do recebimento da Ordem de Serviço. O prazo de conclusão/entrega dos serviços será fixo e improrrogável, salvo motivo previsto em lei, comunicado pela contratada, **por escrito**, ao fiscal responsável, antes do vencimento do prazo. Autorizado e oficializado por escrito pelo engenheiro do Município e Secretaria responsável, o prazo será prorrogado, dentro dos limites permitidos pela Lei nº 8.666/93.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

11 – DA GARANTIA

11.1 Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a ser comprovada no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a partir da data da assinatura do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.

11.2 A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- a)** Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública; ou
- b)** Seguro-garantia; ou
- c)** Fiança bancária.

11.2.1 Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tais como a responsabilidade por multas e obrigações trabalhistas, previdenciárias ou sociais.

11.2.2 Caso o valor global da proposta da Adjudicatária seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas “a” e “b” do § 1º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, igual à diferença entre o menor valor referido no citado dispositivo legal e o valor da correspondente proposta.

11.3 No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado em Conta indicada pela Contratante, mediante depósito identificado a crédito da Contratante.

11.4 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

11.5 A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.

11.6 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.7 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

11.8 Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

11.9 Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro,



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante.

11.9.1 A garantia prestada pela licitante vencedora será restituída ou liberada em até 60 (sessenta) dias após o recebimento definitivo do serviço.

12 - DO PREÇO, RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DO PAGAMENTO

12.1 Os preços são fixos e irrevogáveis.

12.2 Recursos para pagamento/Dotações:

302/2018 00008.00013. 00015.00451.0014.2072.3.3.9.0.00.00.00.00.00 – Manutenção e ampliação da iluminação pública;
293/2018 00008.00013. 00015.00451.0014.2072.3.3.9.0.00.00.00.00.00 – Manutenção e ampliação da iluminação pública; e
171/2018 00008.00013. 00015.00451.0014.2072.3.3.9.0.00.00.00.00.00 – Manutenção e ampliação da iluminação pública.

12.3 A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela Contratada de acordo com os seguintes procedimentos:

12.3.1 Ao final de cada etapa da execução contratual, a Contratada apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

12.3.2 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, estiverem executados em sua totalidade.

12.4 A Contratante deverá aprovar ou rejeitar, a medição prévia relatada pela Contratada, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados.

12.4.1 A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

12.5 O pagamento será efetuado após medição e posterior aprovação, em até 30 (trinta) dias, através de depósito na conta corrente da CONTRATADA, acompanhada:

- Nota Fiscal, devidamente datada e assinada pelo Superintendente de Gestão Compartilhada e pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;
- do laudo de medição e vistoria;
- comprovantes de pagamento de salários, dos trabalhadores da obra referente ao mês da prestação de serviços;
- guias de recolhimento do FGTS e INSS dos empregados da obra, referente ao mês da prestação de serviços;
- da respectiva ART de execução, emitida antes do início da execução da obra (art. 3º. da Resolução 425/98 do CONFEA);
- Prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e o FGTS – CRF;

12.5.1 A CONTRATADA é obrigada a cumprir o estabelecido no art. 31, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (retenção de 11% do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços e o seu recolhimento), salvo isenções previstas em Lei.

12.5.2 A Contratada deverá emitir Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

12.5.3 A aprovação da Nota Fiscal/Fatura fica condicionada à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada com os serviços efetivamente executados.

12.6 Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1991, salvo isenções previstas em Lei.

12.7.1 Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

12.8 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

12.9 Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.10 A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

12.11 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata die*.

13 - DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1 Não será admitida a subcontratação do serviço, salvo expresso consentimento do Município, desde que até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) sobre partes dos serviços, mantendo-se a responsabilidade da licitante contratada.

13.2 A subcontratação sem a prévia anuência da CONTRATANTE ensejará na rescisão do Contrato, sem prejuízo das sanções previstas no Edital, no Contrato e na Lei 8.666/93.

14 – DA FISCALIZAÇÃO

14.1 A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle,



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

fiscalização e avaliação por representante da Contratante, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei nº 8.666/1993, conforme detalhado no Projeto Básico e anexos.

14.1.1 O representante da Contratante deverá ser profissional habilitado e com a experiência técnica necessária para o acompanhamento e controle da execução da obra.

14.2 O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da Contratada e nem confere à Contratante responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

14.3 A Contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o Edital e seus Anexos e com o contrato.

14.4 As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da Contratante encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito.

14.5 As dúvidas e/ou omissões, porventura existentes nas Especificações constantes do Projeto Básico e anexos, serão resolvidas pela Fiscalização.

14.6 Todos os trabalhos deverão ser executados por equipe qualificada, devendo a Contratada estar ciente das normas técnicas da ABNT, correspondente a cada um dos serviços constantes no Projeto Básico e anexos.

14.7 A Contratada ficará obrigada a executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância do Município.

14.8 A contratada deverá conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, em especial às disposições do Código de Obras do Município (Lei nº 1.155/1988 e alterações posteriores), mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

15 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1 Quando as obras e/ou serviços contratados forem concluídos, caberá à Contratada apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da Contratante, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.

15.2 A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates,



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

retoques e revisões finais que se fizer em necessários.

15.2.1 Após tal inspeção, será lavrado **Termo de Recebimento Provisório**, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

15.2.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

15.3 O **Termo de Recebimento Definitivo** das obras e/ou serviços contratados será lavrado em até 60 (sessenta) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas, e somente após solucionadas todas as reclamações porventura feitas.

15.3.1 O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

16 – DAS PENALIDADES

16.1 De conformidade com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações subseqüentes, no caso de descumprimento das condições do contrato, poderá o CONTRATANTE, garantida a prévia defesa e observada a gravidade da ocorrência, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções:

16.1.1 multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, para o caso de ocorrer recusa injustificada ou desinteresse para assinatura do contrato, após devidamente convocada e dentro do prazo estabelecido pela Administração;

16.1.2 multa de 10% (dez por cento) do valor da fatura, relativa aos serviços executados em atraso;

16.1.3 multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato, por dia que exceder o prazo para início das obras;

16.1.4 multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato atualizado, por dia que exceder o prazo para conclusão das obras, até o limite de 20 (vinte) dias, a partir de quando será considerada inexecução parcial do objeto, autorizando o CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

16.1.5 multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato, em caso de rescisão motivada pela contratada ou por iniciativa da mesma (sem justo motivo);

16.1.6 As penalidades estabelecidas nos itens 16.1.3 e 16.1.4 poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes;

16.2 A inexecução parcial ou total do contrato, sujeitará a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

16.2.1 advertência, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Contrato e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

16.2.2 multa de 10% (dez por cento) sobre o valor não executado do contrato pela inexecução parcial;

16.2.3 multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total;

16.2.4 multa de 2% (dois por cento) do valor do contrato, a critério do órgão competente do Município quando os serviços não forem executados perfeitamente de acordo com as Especificações Técnicas aplicáveis no caso, e quando a administração ou a fiscalização for erroneamente informada;

16.3 Poderá ser aplicada sanção de **suspensão temporária** de participar em licitação e **impedimentos de contratar** com o Município de Gaspar/SC, com base no inciso III, art. 87, da Lei n.º 8.666/93, por até 2 (dois) anos, por culpa ou dolo, no caso de inexecução parcial ou total do objeto.

16.3.1 Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer nº 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota nº 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos nº 2.218/2011 e nº 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.

16.4 Será aplicada sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, com base no inciso IV, art. 87, da Lei n.º 8.666/93, dentre outros casos, quando:

16.4.1 Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.4.2 Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

16.4.3 Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o Município de Gaspar, em virtude de atos ilícitos praticados;

16.4.4 Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do contrato, sem consentimento prévio do Município de Gaspar;

16.4.5 Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei nº. 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do Município de Gaspar após a assinatura do contrato;

16.4.6 Apresentação, ao Município de Gaspar, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

16.4.7 Inexecução total do objeto.

16.5 As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de contratar com o Município de Gaspar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao CONTRATADO juntamente à de multa.

16.6 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao CONTRATADO.

16.7 Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica o CONTRATADO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

16.8 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, o valor devido será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

16.9 Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dias) dias úteis, contado da solicitação do CONTRATANTE.

16.10 A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

16.11 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16.12 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente Edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Comissão responsável pela presente licitação, em até 05 (cinco) dias consecutivos anteriores à data de abertura do certame.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

17.1.1 As dúvidas serão consolidadas e respondidas, por escrito, após esgotado o prazo de consulta, por meio de nota na página oficial do município (www.gaspar.sc.gov.br) e encaminhada a todos os interessados que tenham informado seu endereço eletrônico, cabendo àqueles que por qualquer motivo não tenham recebido as informações no prazo estipulado o dever, no resguardo de seus interesses, de inteirar-se sobre o teor do documento.

17.2 As disposições deste Edital poderão ser objeto de impugnação, por violarem disposições legais, especialmente da Lei nº 8.666, de 1993, nos seguintes termos:

17.2.1 Por parte de qualquer cidadão, desde que protocole o pedido até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação;

17.2.2 Por parte do licitante, desde que protocole o pedido até o segundo dia útil que anteceder a data de abertura dos envelopes de habilitação; do contrário, a comunicação não terá o efeito de recurso.

17.2.2.1 A impugnação tempestiva não impede o licitante de participar da licitação até o trânsito em julgado da decisão correspondente.

17.3 Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente o Edital e seus Anexos, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto desta licitação.

17.4 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.5 A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

17.6 Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas e, neste caso, será publicada na página oficial do município onde está disponível este Edital.

17.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão em contrário.

17.8 É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

17.9 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.10 A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

17.11 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.12 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.13 As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.14 Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital.

17.15 O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e/ou obtidos no órgão, situado no endereço Rua São Pedro, 128, Edifício Edson Elias Wieser – Centro, Gaspar/SC, nos dias úteis, no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h.

17.15.1 O Edital também está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.gaspar.sc.gov.br – licitações – Tomada de Preços Nº 10/2018.

17.16 Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço e horário anteriormente citados.

17.17 Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei nº 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.

17.18 Outras dúvidas poderão ser obtidas na sede da Prefeitura de Gaspar, no horário de expediente, através do telefone (47) 3331-6300, ou *e-mail*: licita@gaspar.sc.gov.br.

17.19 Para todos os efeitos serão considerados o horário de Brasília.

18 – DOS ANEXOS

18.1 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

a) Modelo de Credenciamento (ANEXO I);

b) Modelo de Declaração Artigo 7º da Constituição Federal (ANEXO II);



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

- c) Modelo de Declaração de conhecimento das características dos serviços (Anexo III);
- d) Modelo de Planilha de Encargos Sociais (Anexo IV);
- e) Projeto Básico (Anexo V);
- f) Modelo de Proposta de Preços (Anexo VI); e
- g) Minuta do Contrato (Anexo VII)

19 – DO FORO

19.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir questões relativas ao presente Edital, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Gaspar (SC), 22 de junho de 2018.

RONI JEAN MULLER

Superintendente de Gestão Compartilhada

JEAN ALEXANDRE DOS SANTOS

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

ANEXO I

Tomada de Preços Nº 10/2018

MODELO:

Credenciamento

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____
_____, portador(a) da Cédula de Identidade
nº _____,
e CPF sob nº _____, a participar da Licitação instaurada pelos órgãos do Município de
Gaspar, na modalidade Tomada de Preços Nº 10/2018 na qualidade de REPRESENTANTE
LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa
_____, inscrita sob o
CNPJ nº _____ bem como formular proposta, recorrer e praticar
todos os demais atos inerentes ao certame.

_____, em ____ de ____ de 2018.

Carimbo e assinatura do credenciante.
(RECONHECER FIRMA EM CARTÓRIO)



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

ANEXO II

Tomada de Preços Nº 10/2018

MODELO:

Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal

_____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a). _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____, e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da lei 8.666/93, acrescido pela lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

RESSALVA: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

*Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

_____, em ____ de ____ de 2018.

Carimbo, assinatura e CPF do representante legal



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

ANEXO III

Tomada de Preços Nº 10/2018

MODELO:

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CARACTERÍSTICAS DO LOCAL DA OBRA

Declaro, sob as penas da lei, que esta proponente _____, CNPJ
_____, com sede na
_____, possui total conhecimento da obra referente ao objeto da licitação e
das condições e características do local onde serão executados os serviços objeto do edital de
Tomada de Preços nº 10/2018.

Declaro, também, que o eventual desconhecimento das condições e características do local onde
será realizada a obra não poderá ser alegado, a qualquer tempo, como motivo para quaisquer
reivindicações durante a vigência do contrato.

Assim sendo, para fins que se fizer de direito, e por possuir poderes legais para tanto, firmo a
presente.

_____, em ___ de ___ de 2018.

Carimbo, assinatura e CPF do representante legal



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

ANEXO IV

Tomada de Preços Nº 10/2018

MODELO: PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE ENCARGOS SOCIAIS		
GRUPO A		%
0	INSS	
1		
0	SESI ou SESC	
2		
0	SENAI ou SENAC	
3		
0	INCRA	
4		
0	Salário Planejamento e Desenvolvimento	
5		
0	FGTS	
6		
0	Seguro de Acidente do Trabalho/SAT	
7		
0	SEBRAE	
8		
0	SECONCI-ESTADO	
9		
Total do Primeiro Grupo		
GRUPO B		
1	Férias	
0		
1	Abono Constitucional de Férias	
1		
1	Auxílio Doença	
2		
1	Licença Paternidade	
3		
1	Faltas Legais	
4		
1	Acidentes de Trabalho	
5		
1	Aviso Prévio Trabalhado	
6		
1	13º Salário	
7		
1	Descanso Semanal Remunerado	
8		
GRUPO C		
1	Aviso Prévio Indenizado	
9		
2	Indenização Adicional	
0		
2	Indenização de FGTS	
1		



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR

CNPJ 83.102.244/0001-02

Total do Terceiro Grupo		
GRUPO D		
2 2	Incidência do Grupo A sobre os Itens do Grupo B	
Total do quarto grupo		
GRUPO E		
2 3	Incidência do Grupo A sobre o Item 19 do Grupo C	
Total do quinto grupo		
TOTAL GERAL ENCARGOS SOCIAIS		

_____, em ____ de ____ de 2018.

Carimbo, assinatura e CPF do representante legal



ANEXO V

Tomada de Preços Nº 10/2018

Projeto Básico

1. INTRODUÇÃO

O presente tem como finalidade orientar as empresas licitantes na formulação de suas propostas, apresentando todos os elementos necessários e suficientes para tal.

2. OBJETO

Modernização do sistema de iluminação pública da região central do município de Gaspar/SC, com a substituição de 153 conjuntos de luminárias de baixo rendimento, instalados em ponta de braço, fixados em postes de rede de distribuição de energia elétrica da concessionária Celesc Distribuição S.A., por novos conjuntos de luminárias LED (light emitting diode).

Com a ampliação de modernização do sistema são esperados os seguintes benefícios para o município e sociedade:

- Melhoria da qualidade da iluminação das vias;
- Melhoria da segurança para os pedestres, ciclistas e tráfego de veículos motorizados durante o período noturno;
- Maior conforto para os cidadãos;
- Redução de crimes e do medo do crime;
- Embelezamento da cidade;
- Baixo consumo de energia elétrica, com o uso de equipamentos com tecnologia LED de alto rendimento e eficiência energética;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

- Baixo fator de manutenção, com o uso de equipamentos de elevada vida útil, contribuindo para a mobilidade urbana no município, devido à redução de intervenções no sistema.

3. NORMAS TÉCNICAS

Na elaboração deste projeto foram utilizadas as seguintes normas, as quais deverão ser seguidas na modernização do sistema de iluminação pública:

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas:
 - o NBR-5101:2012 – “Iluminação Pública - Procedimentos”;
 - o NBR 5461 – “Iluminação Terminologia”;
 - o NBR 5410 – “Instalações Elétricas de Baixa Tensão”;
 - o NBR 5434 – “Redes de distribuição aérea de energia elétrica – Padronização”;
 - o NBR 6323 – “Galvanização de produtos de aço ou ferro fundido”;
 - o NBR 11003 – “Tintas – Determinação da aderência – Método de Ensaio”.
- CELESC – DISTRIBUIÇÃO S.A.
 - o E-313.0050 – Manual Especial - Relé Fotoeletrônico;
- IES – ILLUMINATION ENGINEERING SOCIETY, Pub. No. RP-9-00 – “Roadway Lighting”, 2005, naquilo que as normas acima forem omissas e/ou insuficientes.

4. DESCRIÇÃO DETALHADA

Esta prevista a modernização do sistema de iluminação pública da região central do município de GASPAR/SC, com a substituição de 153 conjuntos de luminárias de baixo rendimento, em final de vida útil, e em desacordo com a norma NBR 15129 da ABNT, instalados em ponta de braço, fixados em postes de rede de distribuição de energia elétrica da concessionária CELESC Distribuição S.A., por novos conjuntos de luminárias LED (*Light Emitting Diode*).

Para assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá apresentar Certificado de Registro Cadastral – CRC junto à CELESC Distribuição S.A., subgrupo 2.1.39 – Serviços de instalação de iluminação pública.

4.1. LOGRADOUROS BENEFICIADOS PELO PROJETO

Serão contemplados nesta etapa de modernização de Iluminação pública de GASPAR/SC os seguintes logradouros:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

ITEM	LOGRADOURO	QUANT.	POTÊNCIA (W)
1	RUA CEL. ARISTILIANO RAMOS	23	190
2	RUA INDUSTRIAL JOSÉ BEDUSCHI	9	190
3	RUA SÃO JOSÉ	17	190
4	RUA BARÃO DO RIO BRANCO	11	190
5	RUA SÃO PEDRO	10	190
6	AVENIDA DAS COMUNIDADES	51	190
7	RUA EURICO FONTES	5	120
8	RUA AUGUSTO BEDUSCHI	11	120
9	RUA ISIDORO CORREA	6	120
10	RUA DORALÍCIO GARCIA	5	120
11	RUA IRMÃO KRAUSS	5	120

4.2. ILUMINÂNCIA E UNIFORMIDADE (NBR 5101:2012)

A iluminância e uniformidade das vias deverão ser superiores ao mínimo recomendado pela Tabela 5 – Iluminação média mínima e uniformidade para cada classe de iluminação (para tráfego de veículos), e Tabela 7 - Iluminação média mínima e uniformidade para cada classe de iluminação (para tráfego de pedestres) da NBR 5101:2012 da ABNT, conforme indicado no item 4.5 - CÁLCULOS LUMINOTÉCNICOS, deste projeto.

As vias objeto deste projeto básico são classificadas como vias urbanas, e quanto às classes de iluminação são classificadas conforme segue:

ITEM	LOGRADOURO	TRÁFEGO DE VEÍCULOS	TRÁFEGO DE PEDESTRES
1	RUA CEL. ARISTILIANO RAMOS	V2	P2
2	RUA INDUSTRIAL JOSÉ BEDUSCHI	V2	P2
3	RUA SÃO JOSÉ	V2	P2
4	RUA BARÃO DO RIO BRANCO	V2	P2
5	RUA SÃO PEDRO	V2	P2
6	AVENIDA DAS COMUNIDADES	V2	P2
7	RUA EURICO FONTES	V2	P3
8	RUA AUGUSTO BEDUSCHI	V2	P3
9	RUA ISIDORO CORREA	V2	P3



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

10	RUA DORALÍCIO GARCIA	V2	P3
11	RUA IRMÃO KRAUSS	V2	P3

4.2.1. Para tráfego de veículos:

Vias de tráfego importante, urbanas, com tráfego de pedestres elevado, com volume de tráfego intenso: **classe de iluminação V2**, conforme Tabela 4 – Classes de iluminação para cada tipo de via da NBR 5101:2012;

4.2.2. Para tráfego de pedestres:

Vias de grande tráfego noturno de pedestres: **classe de iluminação P2**, conforme Tabela 6 – Classes de iluminação para cada tipo de via da NBR 5101:2012.

Vias de uso noturno moderado por pedestres: **classe de iluminação P3**, conforme Tabela 6 – Classes de iluminação para cada tipo de via da NBR 5101:2012.

4.3. PARÂMETROS DAS VIAS

Para os cálculos da iluminância média horizontal (Eméd), no nível da via, e do fator de uniformidade da iluminância (Emín/Eméd) foram utilizados os seguintes parâmetros para cada via:

4.3.1. Rua Cel. Aristiliano Ramos

- Tipo de instalação: luminária instalada em ponta de braço, fixado em poste de concreto da rede da CELESC Distribuição S.A., na calçada do lado 1;
- Altura média de instalação da luminária em ponta de braço: 7,00 metros da pista de rolamento;
- Largura média da pista de rolamento: 10,00 metros;
- Largura média da calçada do lado 1: 2,00 metros;
- Largura média da calçada do lado 2: 2,00 metros;
- Altura média das calçadas: 10 cm em relação à pista de rolamento;
- Posicionamento dos postes da rede de distribuição da concessionária: na calçada 1 a 0,425 metros do meio fio (distância entre a face do meio fio e a superfície do poste);
- Projeção da luminária na pista a partir do poste: 2,425 metros (distância entre a superfície do poste e o centro da luminária);
- Espaçamento médio entre postes: 30,00 metros;
- Ângulo de inclinação da luminária em ponta de braço: 5° com a horizontal;
- Tipo de luminária a ser instalada em ponta de braço: Padrão 2;
- Depreciação total do sistema: 0,90.



4.3.2. Rua Industrial José Beduschi

- Tipo de instalação: luminária instalada em ponta de braço, fixado em poste de concreto da rede da CELESC Distribuição S.A., na calçada do lado 1;
- Altura média de instalação da luminária em ponta de braço: 7,00 metros da pista de rolamento;
- Largura média da pista de rolamento: 10,00 metros;
- Largura média da calçada do lado 1: 2,00 metros;
- Largura média da calçada do lado 2: 2,00 metros;
- Altura média das calçadas: 10 cm em relação à pista de rolamento;
- Posicionamento dos postes da rede de distribuição da concessionária: na calçada 1 a 0,425 metros do meio fio (distância entre a face do meio fio e a superfície do poste);
- Projeção da luminária na pista a partir do poste: 2,425 metros (distância entre a superfície do poste e o centro da luminária);
- Espaçamento médio entre postes: 30,00 metros;
- Ângulo de inclinação da luminária em ponta de braço: 5° com a horizontal;
- Tipo de luminária a ser instalada em ponta de braço: Padrão 2;
- Depreciação total do sistema: 0,90.

4.3.3. Rua São José

- Tipo de instalação: luminária instalada em ponta de braço, fixado em poste de concreto da rede da CELESC Distribuição S.A., na calçada do lado 1;
- Altura média de instalação da luminária em ponta de braço: 7,00 metros da pista de rolamento;
- Largura média da pista de rolamento: 10,00 metros;
- Largura média da calçada do lado 1: 2,00 metros;
- Largura média da calçada do lado 2: 2,00 metros;
- Altura média das calçadas: 10 cm em relação à pista de rolamento;
- Posicionamento dos postes da rede de distribuição da concessionária: na calçada 1 a 0,425 metros do meio fio (distância entre a face do meio fio e a superfície do poste);
- Projeção da luminária na pista a partir do poste: 2,425 metros (distância entre a superfície do poste e o centro da luminária);
- Espaçamento médio entre postes: 30,00 metros;
- Ângulo de inclinação da luminária em ponta de braço: 5° com a horizontal;
- Tipo de luminária a ser instalada em ponta de braço: Padrão 2;
- Depreciação total do sistema: 0,90.



4.3.4. Rua Barão do Rio Branco

- Tipo de instalação: luminária instalada em ponta de braço, fixado em poste de concreto da rede da CELESC Distribuição S.A., na calçada do lado 1;
- Altura média de instalação da luminária em ponta de braço: 7,00 metros da pista de rolamento;
- Largura média da pista de rolamento: 10,00 metros;
- Largura média da calçada do lado 1: 2,00 metros;
- Largura média da calçada do lado 2: 2,00 metros;
- Altura média das calçadas: 10 cm em relação à pista de rolamento;
- Posicionamento dos postes da rede de distribuição da concessionária: na calçada 1 a 0,425 metros do meio fio (distância entre a face do meio fio e a superfície do poste);
- Projeção da luminária na pista a partir do poste: 2,425 metros (distância entre a superfície do poste e o centro da luminária);
- Espaçamento médio entre postes: 30,00 metros;
- Ângulo de inclinação da luminária em ponta de braço: 5° com a horizontal;
- Tipo de luminária a ser instalada em ponta de braço: Padrão 2;
- Depreciação total do sistema: 0,90.

4.3.5. Rua São Pedro

- Tipo de instalação: luminária instalada em ponta de braço, fixado em poste de concreto da rede da CELESC Distribuição S.A., na calçada do lado 1;
- Altura média de instalação da luminária em ponta de braço: 7,00 metros da pista de rolamento;
- Largura média da pista de rolamento: 10,00 metros;
- Largura média da calçada do lado 1: 2,00 metros;
- Largura média da calçada do lado 2: 2,00 metros;
- Altura média das calçadas: 10 cm em relação à pista de rolamento;
- Posicionamento dos postes da rede de distribuição da concessionária: na calçada 1 a 0,425 metros do meio fio (distância entre a face do meio fio e a superfície do poste);
- Projeção da luminária na pista a partir do poste: 2,425 metros (distância entre a superfície do poste e o centro da luminária);
- Espaçamento médio entre postes: 30,00 metros;
- Ângulo de inclinação da luminária em ponta de braço: 5° com a horizontal;
- Tipo de luminária a ser instalada em ponta de braço: Padrão 2;
- Depreciação total do sistema: 0,90.



4.3.6. Avenida das Comunidades

- Tipo de instalação: luminária instalada em ponta de braço, fixado em poste de concreto da rede da CELESC Distribuição S.A., na calçada do lado 1;
- Altura média de instalação da luminária em ponta de braço: 7,00 metros da pista de rolamento;
- Largura média da pista de rolamento: 10,00 metros;
- Largura média da calçada do lado 1: 2,00 metros;
- Largura média da calçada do lado 2: 2,00 metros;
- Altura média das calçadas: 10 cm em relação à pista de rolamento;
- Posicionamento dos postes da rede de distribuição da concessionária: na calçada 1 a 0,425 metros do meio fio (distância entre a face do meio fio e a superfície do poste);
- Projeção da luminária na pista a partir do poste: 2,425 metros (distância entre a superfície do poste e o centro da luminária);
- Espaçamento médio entre postes: 30,00 metros;
- Ângulo de inclinação da luminária em ponta de braço: 5° com a horizontal;
- Tipo de luminária a ser instalada em ponta de braço: Padrão 2;
- Depreciação total do sistema: 0,90.

4.3.7. Rua Eurico Fontes

- Tipo de instalação: luminária instalada em ponta de braço, fixado em poste de concreto da rede da CELESC Distribuição S.A., na calçada do lado 1;
- Altura média de instalação da luminária em ponta de braço: 7,00 metros da pista de rolamento;
- Largura média da pista de rolamento: 10,00 metros;
- Largura média da calçada do lado 1: 2,00 metros;
- Largura média da calçada do lado 2: 2,00 metros;
- Altura média das calçadas: 10 cm em relação à pista de rolamento;
- Posicionamento dos postes da rede de distribuição da concessionária: na calçada 1 a 0,425 metros do meio fio (distância entre a face do meio fio e a superfície do poste);
- Projeção da luminária na pista a partir do poste: 2,425 metros (distância entre a superfície do poste e o centro da luminária);
- Espaçamento médio entre postes: 30,00 metros;
- Ângulo de inclinação da luminária em ponta de braço: 5° com a horizontal;
- Tipo de luminária a ser instalada em ponta de braço: Padrão 1;
- Depreciação total do sistema: 0,90.



4.3.8. Rua Augusto Beduschi

- Tipo de instalação: luminária instalada em ponta de braço, fixado em poste de concreto da rede da CELESC Distribuição S.A., na calçada do lado 1;
- Altura média de instalação da luminária em ponta de braço: 7,00 metros da pista de rolamento;
- Largura média da pista de rolamento: 10,00 metros;
- Largura média da calçada do lado 1: 2,00 metros;
- Largura média da calçada do lado 2: 2,00 metros;
- Altura média das calçadas: 10 cm em relação à pista de rolamento;
- Posicionamento dos postes da rede de distribuição da concessionária: na calçada 1 a 0,425 metros do meio fio (distância entre a face do meio fio e a superfície do poste);
- Projeção da luminária na pista a partir do poste: 2,425 metros (distância entre a superfície do poste e o centro da luminária);
- Espaçamento médio entre postes: 30,00 metros;
- Ângulo de inclinação da luminária em ponta de braço: 5° com a horizontal;
- Tipo de luminária a ser instalada em ponta de braço: Padrão 1;
- Depreciação total do sistema: 0,90.

4.3.9. Rua Isidoro Correa

- Tipo de instalação: luminária instalada em ponta de braço, fixado em poste de concreto da rede da CELESC Distribuição S.A., na calçada do lado 1;
- Altura média de instalação da luminária em ponta de braço: 7,00 metros da pista de rolamento;
- Largura média da pista de rolamento: 10,00 metros;
- Largura média da calçada do lado 1: 2,00 metros;
- Largura média da calçada do lado 2: 2,00 metros;
- Altura média das calçadas: 10 cm em relação à pista de rolamento;
- Posicionamento dos postes da rede de distribuição da concessionária: na calçada 1 a 0,425 metros do meio fio (distância entre a face do meio fio e a superfície do poste);
- Projeção da luminária na pista a partir do poste: 2,425 metros (distância entre a superfície do poste e o centro da luminária);
- Espaçamento médio entre postes: 30,00 metros;
- Ângulo de inclinação da luminária em ponta de braço: 5° com a horizontal;
- Tipo de luminária a ser instalada em ponta de braço: Padrão 1;
- Depreciação total do sistema: 0,90.



4.3.10. Rua Doralício Garcia

- Tipo de instalação: luminária instalada em ponta de braço, fixado em poste de concreto da rede da CELESC Distribuição S.A., na calçada do lado 1;
- Altura média de instalação da luminária em ponta de braço: 7,00 metros da pista de rolamento;
- Largura média da pista de rolamento: 10,00 metros;
- Largura média da calçada do lado 1: 2,00 metros;
- Largura média da calçada do lado 2: 2,00 metros;
- Altura média das calçadas: 10 cm em relação à pista de rolamento;
- Posicionamento dos postes da rede de distribuição da concessionária: na calçada 1 a 0,425 metros do meio fio (distância entre a face do meio fio e a superfície do poste);
- Projeção da luminária na pista a partir do poste: 2,425 metros (distância entre a superfície do poste e o centro da luminária);
- Espaçamento médio entre postes: 30,00 metros;
- Ângulo de inclinação da luminária em ponta de braço: 5° com a horizontal;
- Tipo de luminária a ser instalada em ponta de braço: Padrão 1;
- Depreciação total do sistema: 0,90.

4.3.11. Rua Irmão Krauss

- Tipo de instalação: luminária instalada em ponta de braço, fixado em poste de concreto da rede da CELESC Distribuição S.A., na calçada do lado 1;
- Altura média de instalação da luminária em ponta de braço: 7,00 metros da pista de rolamento;
- Largura média da pista de rolamento: 10,00 metros;
- Largura média da calçada do lado 1: 2,00 metros;
- Largura média da calçada do lado 2: 2,00 metros;
- Altura média das calçadas: 10 cm em relação à pista de rolamento;
- Posicionamento dos postes da rede de distribuição da concessionária: na calçada 1 a 0,425 metros do meio fio (distância entre a face do meio fio e a superfície do poste);
- Projeção da luminária na pista a partir do poste: 2,425 metros (distância entre a superfície do poste e o centro da luminária);
- Espaçamento médio entre postes: 30,00 metros;
- Ângulo de inclinação da luminária em ponta de braço: 5° com a horizontal;
- Tipo de luminária a ser instalada em ponta de braço: Padrão 1;
- Depreciação total do sistema: 0,90.



4.4. CÁLCULOS LUMINO TÉCNICOS

Os cálculos luminotécnicos para obtenção dos valores de iluminância média horizontal ao nível da via e o fator de uniformidade da iluminância para cada via, foram efetuados através de software independente, utilizando-se os parâmetros definidos nos itens 4.3.1 até 4.3.11 acima.

As malhas de cálculos foram definidas conforme estipulado na NBR-5101:2012, conforme a seguir:

- Malha de cálculo da pista de rolamento: 17 x 10 pontos;
- Malha de cálculo da calçada do lado 1: 17 x 1 pontos;
- Malha de cálculo da calçada do lado 2: 17 x 1 pontos.

4.4.1. Rua Cel. Aristiliano Ramos

- Iluminância média horizontal ao nível da pista de rolamento: 48 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância nas pistas de rolamento (Emínimo/Emédio): 32%;
- Iluminância média horizontal ao nível da calçada 1: 12 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância da calçada 1 (Emínimo/Emédio): 29%;
- Iluminância média horizontal ao nível da calçada 2: 16 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância da calçada 2 (Emínimo/Emédio): 61%.

4.4.2. Rua Industrial José Beduschi

- Iluminância média horizontal ao nível da pista de rolamento: 48 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância nas pistas de rolamento (Emínimo/Emédio): 32%;
- Iluminância média horizontal ao nível da calçada 1: 12 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância da calçada 1 (Emínimo/Emédio): 29%;
- Iluminância média horizontal ao nível da calçada 2: 16 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância da calçada 2 (Emínimo/Emédio): 61%.

4.4.3. Rua São José

- Iluminância média horizontal ao nível da pista de rolamento: 48 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância nas pistas de rolamento (Emínimo/Emédio): 32%;
- Iluminância média horizontal ao nível da calçada 1: 12 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância da calçada 1 (Emínimo/Emédio): 29%;
- Iluminância média horizontal ao nível da calçada 2: 16 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância da calçada 2 (Emínimo/Emédio): 61%.



4.4.4. Rua Barão do Rio Branco

- Iluminância média horizontal ao nível da pista de rolamento: 48 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância nas pistas de rolamento (Emínimo/Emédio): 32%;
- Iluminância média horizontal ao nível da calçada 1: 12 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância da calçada 1 (Emínimo/Emédio): 29%;
- Iluminância média horizontal ao nível da calçada 2: 16 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância da calçada 2 (Emínimo/Emédio): 61%.

4.4.5. Rua São Pedro

- Iluminância média horizontal ao nível da pista de rolamento: 48 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância nas pistas de rolamento (Emínimo/Emédio): 32%;
- Iluminância média horizontal ao nível da calçada 1: 12 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância da calçada 1 (Emínimo/Emédio): 29%;
- Iluminância média horizontal ao nível da calçada 2: 16 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância da calçada 2 (Emínimo/Emédio): 61%.

4.4.6. Avenida das Comunidades

- Iluminância média horizontal ao nível da pista de rolamento: 48 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância nas pistas de rolamento (Emínimo/Emédio): 32%;
- Iluminância média horizontal ao nível da calçada 1: 12 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância da calçada 1 (Emínimo/Emédio): 29%;
- Iluminância média horizontal ao nível da calçada 2: 16 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância da calçada 2 (Emínimo/Emédio): 61%.

4.4.7. Rua Eurico Fontes

- Iluminância média horizontal ao nível da pista de rolamento: 30 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância nas pistas de rolamento (Emínimo/Emédio): 32%;
- Iluminância média horizontal ao nível da calçada 1: 7 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância da calçada 1 (Emínimo/Emédio): 29%;
- Iluminância média horizontal ao nível da calçada 2: 10 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância da calçada 2 (Emínimo/Emédio): 61%.

4.4.8. Rua Augusto Beduschi

- Iluminância média horizontal ao nível da pista de rolamento: 30 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância nas pistas de rolamento (Emínimo/Emédio): 32%;



- Iluminância média horizontal ao nível da calçada 1: 7 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância da calçada 1 (Emínimo/Emédio): 29%;
- Iluminância média horizontal ao nível da calçada 2: 10 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância da calçada 2 (Emínimo/Emédio): 61%.

4.4.9. Rua Isidoro Correa

- Iluminância média horizontal ao nível da pista de rolamento: 30 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância nas pistas de rolamento (Emínimo/Emédio): 32%;
- Iluminância média horizontal ao nível da calçada 1: 7 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância da calçada 1 (Emínimo/Emédio): 29%;
- Iluminância média horizontal ao nível da calçada 2: 10 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância da calçada 2 (Emínimo/Emédio): 61%.

4.4.10. Rua Doralício Garcia

- Iluminância média horizontal ao nível da pista de rolamento: 30 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância nas pistas de rolamento (Emínimo/Emédio): 32%;
- Iluminância média horizontal ao nível da calçada 1: 7 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância da calçada 1 (Emínimo/Emédio): 29%;
- Iluminância média horizontal ao nível da calçada 2: 10 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância da calçada 2 (Emínimo/Emédio): 61%.

4.4.11. Rua Irmão Krauss

- Iluminância média horizontal ao nível da pista de rolamento: 30 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância nas pistas de rolamento (Emínimo/Emédio): 32%;
- Iluminância média horizontal ao nível da calçada 1: 7 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância da calçada 1 (Emínimo/Emédio): 29%;
- Iluminância média horizontal ao nível da calçada 2: 10 lux;
- Fator de uniformidade da iluminância da calçada 2 (Emínimo/Emédio): 61%.

Os valores de iluminância média horizontal ao nível das pistas de rolamento e calçadas, e os valores do fator de uniformidade da iluminância (Emínimo/Emédio) nas pistas de rolamento e calçadas apresentados acima, serão os mínimos aceitos pela administração municipal.

Para comprovação de que as luminárias ofertadas atenderão os valores mínimos de iluminância média horizontal (Eméd) e o fator de uniformidade da iluminância ($U = \text{Emín}/\text{Eméd}$), exigidos neste



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

projeto, as licitantes deverão apresentar em papel impresso, em anexo a sua proposta de preços, e no mesmo envelope da proposta de preços, sob pena de desclassificação, os cálculos luminotécnicos para cada uma das vias dos itens 4.3.1 à 4.3.11 acima, e seus respectivos parâmetros também informados nos mesmos itens, realizados através de softwares independentes para cálculos luminotécnicos, tipo AGI 32, Dialux da Dial GmbH ou equivalente, devidamente assinados pelo seu responsável técnico, com indicação do nome completo, título profissional e número de registro na entidade profissional. Não serão aceitos cálculos efetuados através de softwares desenvolvidos para uso direcionado das luminárias do próprio fabricante.

As licitantes também deverão anexar à proposta de preços o arquivo de dados fotométricos das luminárias no formato IES (Illuminating Engineering Society), em meio magnético, de todas as luminárias ofertadas para comprovação do desempenho fotométrico, sob pena de desclassificação.

4.5. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DAS LUMINÁRIAS

As luminárias que serão utilizadas nos conjuntos de iluminação deverão ter as seguintes especificações mínimas:

4.5.1. Luminária LED Padrão 1

Luminária pública LED (*Light Emitting Diode*). Deverá possuir corpo em alumínio, pintura em poliéster em pó na cor cinza e proteção UV. Difusor deverá ser de elevada resistência mecânica (IK 08). O consumo máximo deverá ser de 120W. Fluxo luminoso deve ser de no mínimo 12.200 lumens. Fator de potência mínimo de 0,95. O peso máximo total deverá ser de 7 Kg. Bloco eletrônico e bloco ótico deverão estar em compartimentos separados mecanicamente e isolados entre si, garantindo, desta forma, redução da temperatura no ambiente ótico e conseqüentemente maior longevidade dos LEDs. Deverá possuir dissipador de calor que faz parte do próprio corpo da luminária, sendo vedado o uso de ventiladores, bombas ou líquido de arrefecimento. Possuir acesso ao bloco elétrico de forma que os *drivers* possam facilmente ser desconectados, facilitando operações de manutenção. Deve possuir um suporte que permite a montagem da luminária em ponta de braço com diâmetro Ø 60mm. Grau de proteção tanto para bloco óptico quanto para alojamento dos acessórios eletrônicos IP66. Deverá permitir a substituição da unidade ótica, garantindo a possibilidade de incorporar inovações tecnológicas futuras. A manutenção do fluxo luminoso deve ser de no mínimo 70% para 60.000 horas. Protetor de surto de 10kV alojado internamente à luminária, composto de fonte de alimentação e regulador de corrente integrados, com tensão de serviço em 220V, 60Hz, em corrente alternada e saída em corrente contínua estabilizada. A Classe elétrica de toda a luminária deve ser do tipo I. Os LEDs utilizados nesta



luminária devem ser de cor branca neutra (4000K +- 10%). Deve possuir tomada NEMA (padrão 7 pinos) para a instalação de equipamentos de telegestão no futuro.

4.5.2. Luminária LED Padrão 2

Luminária pública LED (*Light Emitting Diode*). Deverá possuir corpo em alumínio, pintura em poliéster em pó na cor cinza e proteção UV. Difusor deverá ser de elevada resistência mecânica (IK 08). O consumo máximo deverá ser de 190W. Fluxo luminoso deve ser de no mínimo 19.200 lumens. Fator de potência mínimo de 0,95. O peso máximo total deverá ser de 14 Kg. Bloco eletrônico e bloco ótico deverão estar em compartimentos separados mecanicamente e isolados entre si, garantindo, desta forma, redução da temperatura no ambiente ótico e conseqüentemente maior longevidade dos LEDs. Deverá possuir dissipador de calor que faz parte do próprio corpo da luminária, sendo vedado o uso de ventiladores, bombas ou líquido de arrefecimento. Possuir acesso ao bloco elétrico de forma que os *drivers* possam facilmente ser desconectados, facilitando operações de manutenção. Deve possuir um suporte que permite a montagem da luminária em ponta de braço com diâmetro Ø 60mm. Grau de proteção tanto para bloco ótico quanto para alojamento dos acessórios eletrônicos IP66. Deverá permitir a substituição da unidade ótica, garantindo a possibilidade de incorporar inovações tecnológicas futuras. A manutenção do fluxo luminoso deve ser de no mínimo 70% para 60.000 horas. Protetor de surto de 10kV alojado internamente à luminária, composto de fonte de alimentação e regulador de corrente integrados, com tensão de serviço em 220V, 60Hz, em corrente alternada e saída em corrente contínua estabilizada. A Classe elétrica de toda a luminária deve ser do tipo I. Os LEDs utilizados nesta luminária devem ser de cor branca neutra (4000K +- 10%). Deve possuir tomada NEMA (padrão 7 pinos) para a instalação de equipamentos de telegestão no futuro.

4.6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS COMPLEMENTARES

As especificações técnicas detalhadas dos demais acessórios dos conjuntos de iluminação tais como: conectores, condutores, reles, braços e ferragens, constam no ANEXO I – PLANILHA DE MATERIAIS E SERVIÇOS COM QUANTIDADES E PREÇOS.

4.7. PROJETOS EXECUTIVOS

Os projetos executivos deverão ser elaborados em computador, com o uso de softwares adequados e específicos para iluminação pública e deverão seguir as normas técnicas da ABNT e da CELESC Distribuição SA.

Todos os projetos executivos deverão ser fornecidos impressos em papel e submetidos à



aprovação da fiscalização do Município.

Os projetos relativos à modernização do sistema de iluminação pública deverão adotar as simbologias e formas de apresentação das normas da CELESC Distribuição S.A. e na ausência destas, as das normas da ABNT vigentes e pertinentes.

Os projetos deverão estar acompanhados da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), registrada no CREA-SC, anotada pelo responsável técnico da contratada, sendo os custos para o registro de responsabilidade da contratada.

Os custos de elaboração dos projetos executivos deverão estar incluídos no item Serviços de Mão de Obra, da planilha do ANEXO I – PLANILHA DE MATERIAIS E SERVIÇOS COM QUANTIDADES E PREÇOS.

4.8. MATERIAIS RETIRADOS DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO

Todos os materiais retirados do sistema de iluminação existente (Lâmpadas, luminárias, reatores, reles, braços, fiação, conectores e ferragem de fixação), deverão ser entregues ao município, para os devidos descartes e encaminhamentos.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução para a totalidade do objeto deste projeto é de 90 (noventa) dias, podendo ser reduzido, por acordo entre as partes.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1. EXIGÊNCIAS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1.1. Qualificação Técnico-Profissional

6.1.1.1 - Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente de pessoal, na data da licitação, profissional detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva CAT – Certidão de Acervo Técnico, devidamente registrado na entidade profissional competente, relativamente à execução de serviços de características semelhantes aos considerados relevantes ao atendimento do objeto da licitação, relacionados abaixo:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

Profissional engenheiro eletricitista, com as atribuições do artigo 8º da resolução 218/73 do CONFEA, ou profissional com as mesmas atribuições legais, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica para as seguintes atividades:

- a) Instalação de unidades, conjuntos ou pontos de iluminação pública com luminária tipo LED (Light Emitting Diode), em vias públicas;
- b) Elaboração de projeto de iluminação pública com luminária tipo LED (Light Emitting Diode), em vias públicas;

6.1.1.2 - A Comprovação do vínculo entre o profissional e a empresa licitante será demonstrado através de:

- a) Cópia da Ficha ou Livro de Registro do Empregado ou da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), quando o profissional for empregado;
- b) Cópia do Contrato Social da empresa, quando o profissional for sócio da empresa.
- c) Cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, quando o profissional for diretor de sociedade anônima;
- d) Cópia do Contrato de Prestação de Serviços, ou outra forma legal que comprove tal vínculo, devidamente registrado em cartório competente, sendo que o profissional não pode ser contratado em período de experiência ou por prazo explícito em contrato inferior ao necessário para o cumprimento do prazo do cronograma para execução do objeto deste edital, ficando a licitante, nessas condições, inabilitada.

6.1.1.3 - No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.

6.1.2. Capacidade Técnico-Operacional

6.1.2.1. Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica firmado(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente, atestando que a empresa licitante executou serviços pertinentes e compatíveis com as características da presente licitação, compreendendo o seguinte:

- a) Instalação de 76 unidades, conjuntos ou pontos de iluminação pública com luminária tipo LED (Light Emitting Diode), em vias públicas;
- b) Elaboração de projeto de iluminação pública com luminária tipo LED (Light Emitting Diode), em vias públicas, com 76 luminárias tipo LED;

6.1.3. Apresentação de Certidão de Registro da Empresa junto ao CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo, dentro de seu prazo de validade.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

6.1.4. Declaração formal indicando o(s) nome(s), CPF e o(s) número(s) do(s) registro(s) no Conselho Profissional competente do(s) responsável(eis) técnico(s) que acompanhará(ão) a execução dos serviços de que trata o objeto desta licitação.

6.1.4.1 O(s) responsável(eis) técnico(s) indicado(s) deverá(ao) ser o(s) detentor(es) do(s) atestado(s) de responsabilidade técnica (item 6.1.1.1) apresentado(s) para qualificação técnica do licitante.

6.1.4.2 No decorrer da execução da obra, o(s) profissional(is) indicado(s) como Responsável(eis) Técnico(s) poderá(ao) ser substituído(s), nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

6.1.5. Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, garantindo ainda que não haverá qualquer tipo de paralisação dos serviços por falta destes.

6.1.6. Declaração de conhecimento do local de execução dos serviços, não podendo ser alegado, a qualquer tempo, quaisquer reivindicações decorrentes do desconhecimento das condições do local.

6.2. EXIGÊNCIAS TÉCNICAS PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.2.1. Proposta de Preços

A carta da proposta de preços deverá ser apresentada em uma única via com base nas especificações e condições estabelecidas no projeto básico e no edital, devendo, obrigatoriamente, ser datilografada ou impressa em papel por qualquer processo eletrônico, em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas ou entrelinhas, contendo a razão social completa e CNPJ da licitante, endereço, telefone e/ou “fac-símile” e/ou endereço eletrônico, devendo a última folha ser datada e assinada pelos responsáveis técnicos da licitante, constantes em sua certidão de registro no CREA/CAU, devidamente identificados, com nome completo, título profissional e número de registro no CREA/CAU, e pelo(s) representante(s) legal (is) da licitante, também devidamente identificado(s), com nome completo e número do RG, contendo:

- Número da licitação;
- Objeto da licitação;
- Valor global para fornecimento integral do objeto da licitação, em algarismos em por extenso;
- Validade da proposta por 60 (sessenta) dias a partir da data do recebimento das propostas;
- Garantia para todos os serviços prestados e materiais fornecidos por 1 ano, e para as luminárias LED por 5 anos, após o início de sua operação, em condições normais;



6.2.2. Planilha de Materiais e Serviços com Preços Unitários e Totais

As licitantes deverão apresentar em anexo a sua proposta de preços, a planilha Materiais e Serviços, preenchida com quantidades, preços unitários e totais para todos os itens, e indicar um único modelo ou código ou referência ou tipo ou padrão, e respectiva marca ou fabricante, para todos os materiais ofertados, sob pena de desclassificação.

6.2.3. Catálogos

Em anexo a proposta de preços a licitante deverá apresentar catálogos, originais ou cópias autenticadas, ou emitidas via internet (desde que disponíveis em site oficial para conferência), para todas as luminárias LED ofertadas, sob pena de desclassificação.

6.2.4. Cálculos Luminotécnicos para Comprovação do Desempenho Fotométrico das Luminárias

Para comprovação de que as luminárias ofertadas atendem os valores mínimos de iluminância média horizontal ($E_{méd}$) e o fator de uniformidade da iluminância ($U = E_{mín}/E_{méd}$), exigidos neste projeto, as licitantes deverão apresentar em papel impresso, em anexo a sua proposta de preços, e no mesmo envelope da proposta de preços, sob pena de desclassificação, os cálculos luminotécnicos para cada uma das vias dos itens 4.4.1 à 4.4.11 acima, e seus respectivos parâmetros também informados nos mesmos itens, realizados através de softwares independentes para cálculos luminotécnicos, tipo AGI 32, Dialux da Dial GmBh ou equivalente, devidamente assinados pelo seu responsável técnico, com indicação do nome completo, título profissional e número de registro na entidade profissional competente. Não serão aceitos cálculos efetuados através de softwares desenvolvidos para uso direcionado das luminárias do próprio fabricante.

6.2.5. Arquivo IES das Luminárias

As licitantes deverão anexar à proposta de preços o arquivo de dados fotométricos das luminárias no formato IES (Illuminating Engineering Society), em meio magnético (Pendrive, CD ou DVD), devidamente identificados, com caneta de tinta indelével para CD/DVD, ou etiqueta e alta aderência, com a razão social da licitante, CNPJ e o número da licitação, de todas as luminárias ofertadas, para comprovação do desempenho fotométrico, sob pena de desclassificação.

6.2.6. Amostras

A licitante que atender todas as exigências do edital, e que apresentar o menor preço global, deverá apresentar amostras, em até 3 (três) dias úteis, após a convocação por escrito pela Comissão Permanente de Licitação, de todas as luminárias LED, para verificação das



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

características técnicas destes materiais, por comissão técnica indicada pelo Município.

As amostras deverão ser entregues devidamente embaladas, de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, indicando externamente na embalagem, com etiquetas adesivas de alta aderência, o item da Planilha de Materiais e Serviços a que se referem, conforme segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

LICITANTE: (razão social)

CNPJ: (CNPJ da Licitante)

Tomada de Preços Nº XX/XXXX

AMOSTRA DO ITEM Nº _____ DA PLANILHA DE MATERIAIS E SERVIÇOS

Não serão aceitas entregas parciais das amostras das luminárias LED;

A licitante que apresentar amostra das luminárias LED, que não atendam integralmente as exigências técnicas do edital será desclassificada, e, em consequência, será chamada a próxima colocada para o mesmo procedimento e assim sucessivamente até o êxito da adjudicação;

Após a adjudicação da vencedora da licitação, as amostras dos materiais estarão à disposição dos licitantes para retirada, no mesmo local em que foram entregues.

7. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS INTEGRANTES DO PROJETO BÁSICO

- ANEXO A – PLANILHA DE MATERIAIS E SERVIÇOS COM QUANTIDADES E PREÇOS;
- ANEXO B – DESENHO DO BRAÇO DE IP.



ANEXOVI

Tomada de Preços N^o 10/2018

MODELO:

PROPOSTA DE PREÇOS

Razão Social: _____
CNPJ: _____
Endereço: _____
Cidade/UF: _____ CEP: _____
Telefone(s): _____ FAX: _____
e-mail: _____

Item	Serviço	Valor Global Máximo	Valor Global Cotado
1	Iluminação Pública – Área Central do Município	R\$ 746.881,22	

Dados para Depósito Bancário:

Banco: _____

Agência:	_____	Dígito:	_____
Conta:	_____	Dígito:	_____

Dados do Responsável pela Assinatura do Contrato:

Nome: _____
CPF e RG: _____

O PRAZO DE VALIDADE DA PRESENTE PROPOSTA É DE 60 (SESSENTA) DIAS A PARTIR DA ASSINATURA.

_____, em ____ de ____ de 2018.
**(A data da proposta deverá ser a data marcada para o recebimento dos envelopes)*

Carimbo da licitante e assinatura do responsável legal



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

ANEXO VII

Tomada de Preços Nº 10/2018

MINUTA DE CONTRATO:

CONTRATO Nº SAF- _____/2018

Processo Administrativo Nº 150/2018

Tomada de Preços Nº 10/2018

CONTRATO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DA REGIÃO CENTRAL NO MUNICÍPIO DE GASPAR/SC, PARA A SUBSTITUIÇÃO DE 153 CONJUNTOS DE LUMINÁRIAS DE BAIXO RENDIMENTO INSTALADOS EM PONTA DE BRAÇO, FIXADOS EM POSTES DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DA CONCESSIONÁRIA CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A, POR NOVOS CONJUNTOS DE LUMINÁRIAS LED (LIGHT EMITTING DIODE), QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GASPAR E A EMPRESA_____.

O **MUNICÍPIO DE GASPAR**, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.244/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito, senhor KLEBER EDSON WAN-DALL, que este subscreve, daqui para frente denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa_____, com sede na cidade de_____, Estado de_____, na Rua_____, nº - Bairro , inscrita no CNPJ sob o nº_____, neste ato representada pelo(a) Sr(a)_____, portador(a) do CPF nº_____, que também subscreve, doravante denominada de CONTRATADA, devidamente autorizado nos autos do Processo de Licitação - **Tomada de Preços Nº 10/2018**, têm entre si justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução dos serviços de modernização do sistema de iluminação pública da região central no município de Gaspar/SC, para a substituição de 153



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

conjuntos de luminárias de baixo rendimento instalados em ponta de braço, fixados em postes de rede de distribuição de energia elétrica da concessionária Celesc Distribuição S/A, por novos conjuntos de luminárias LED (Light Emitting Diode), conforme Projeto Básico, Edital e seus anexos.

1.1.1 Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital de Tomada de Preços Nº 10/2018 com seus Anexos, e a Proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 A obra será realizada de forma Indireta, sob o regime de Empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO LOCAL E FORMA DE EXECUÇÃO

3.1 A obra será executada na região central do Município de Gaspar/SC.

3.1.1 O prazo de execução dos serviços terá início a partir da data de emissão da Ordem de Serviço ou documento equivalente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 A CONTRATADA, além do fornecimento da mão-de-obra, dos materiais e dos equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços e demais atividades correlatas, obriga-se a:

4.1.1 Providenciar junto ao CREA/CAU as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº 6.496, de 1977;

4.1.2 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Contrato, no prazo determinado.

4.1.3 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, em especial às disposições do Código de Obras do Município (Lei nº 1.155/1988 e alterações posteriores), mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.3.1 Garantir a segurança dos operários, do público e das propriedades vizinhas e providenciar para que o leito do logradouro no trecho abrangido pelas obras seja permanentemente mantido em perfeito estado de limpeza.

4.1.3.2 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los de forma eficiente, cumprindo rigorosamente as disposições do Projeto Básico e as determinações da



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

fiscalização, atendendo com presteza e sempre considerando as informações repassadas pela Secretaria Requerente.

4.1.4 Atentar, para todas as disposições e especificações constantes no Projeto Básico.

4.1.5 Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do projeto básico.

4.1.6 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido neste instrumento e as especificações constantes no Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou a qualquer tempo se constatado pelo fiscal da CONTRATANTE.

4.1.7 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

4.1.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, a todas as informações, metodologias e técnicas utilizadas para execução do serviço, garantindo ainda acesso ao responsável pela elaboração dos mesmos, caso a CONTRATANTE julgue necessário.

4.1.10 Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer trabalho que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica, que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros ou que não seja a solução adequada para satisfazer o interesse público.

4.1.11 Responsabilizar-se pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

4.1.12 Responder pelo pagamento dos salários devidos aos empregados e encargos trabalhistas, bem como pelos registros, seguros contra riscos de acidentes de trabalho e outras obrigações inerentes à execução dos serviços ora contratados.

4.1.13 Arcar com todos os tributos incidentes sobre este Contrato, bem como sobre a sua atividade, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos determinados por lei.

4.1.14 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de prever as intervenções necessárias ou evitá-las, conforme o



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

caso.

4.1.15 Manter sediado junto à Administração, durante os turnos de trabalho, preposto capaz de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

4.1.16 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência da obra.

4.1.17 Manter seu pessoal devidamente uniformizado e provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual-EPI's;

4.1.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração;

4.1.19 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas legislação;

4.1.20 Regularizar, quando notificada pela CONTRATANTE, sob pena de sofrer as penalidades estabelecidas no contrato, as eventuais falhas na execução dos serviços fora das suas especificações;

4.1.21 Responder por qualquer prejuízo ou danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

4.1.22 Comunicar ao CONTRATANTE, quaisquer fatos ou circunstâncias detectadas por seus empregados quando da execução dos serviços, que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a qualidade dos serviços ou comprometer à integridade do patrimônio público;

4.1.23 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Projeto Básico ou neste contrato;

4.1.24 Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação e qualificação no certame licitatório;

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 A CONTRATANTE obriga-se a:

5.1.1 Cumprir fielmente as disposições do Contrato;

5.1.2 Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93;

5.1.3 Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, de qualquer fato que acarrete em interrupção na execução do Contrato;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

- 5.1.4 Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados no Contrato;
- 5.1.5 Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do serviço para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 5.1.6 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 5.1.7 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 5.1.8 Zelar pelo cumprimento das obrigações da CONTRATADA relativas à observância das normas ambientais vigentes;
- 5.1.9 Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital, especialmente do Projeto Básico e seus anexos;
- 5.1.10 Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA SEXTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

- 6.1 Não será admitida a subcontratação do serviço, salvo expresso consentimento do Município, desde que até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) sobre partes dos serviços, mantendo-se a responsabilidade da licitante contratada.
- 6.2 A subcontratação sem a prévia anuência da CONTRATANTE ensejará na rescisão do Contrato, sem prejuízo das sanções previstas no Edital, no Contrato e na Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

- 7.2 A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei nº 8.666/1993, conforme detalhado no Projeto Básico e anexos.
- 7.3 O representante da Contratante deverá ser profissional habilitado e com a experiência técnica necessária para o acompanhamento e controle da execução da obra.
- 7.4 O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da Contratada e nem confere à Contratante responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

7.5 A Contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o Edital e seus Anexos e com o contrato.

7.6 As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da Contratante encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, ou, nesta impossibilidade, justificadas por escrito.

7.7 As dúvidas e/ou omissões, porventura existentes nas Especificações constantes do Projeto Básico e anexos, serão resolvidas pela Fiscalização.

7.8 Todos os trabalhos deverão ser executados por equipe qualificada, devendo a Contratada estar ciente das normas técnicas da ABNT, correspondentes a cada um dos serviços constantes no Projeto Básico e anexos.

7.9 A Contratada ficará obrigada a executar fielmente os serviços programados nas especificações, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância do Município.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1 Quando as obras e/ou serviços contratados forem concluídos, caberá à CONTRATADA apresentar comunicação escrita informando o fato à fiscalização da CONTRATANTE, a qual competirá, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, para fins de recebimento provisório.

8.2 A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

8.2.1 Após tal inspeção, será lavrado **Termo de Recebimento Provisório**, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, relatando as eventuais pendências verificadas.

8.2.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Termo de Recebimento Provisório.

8.3 O **Termo de Recebimento Definitivo** das obras e/ou serviços contratados será lavrado em até 60 (sessenta) dias após a lavratura do Termo de Recebimento Provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, desde que tenham sido devidamente atendidas todas as exigências da fiscalização quanto às pendências observadas, e somente após



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

solucionadas todas as reclamações porventura feitas.

8.3.1 O recebimento definitivo do objeto licitado não exime a CONTRATADA, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Lei nº 10.406, de 2002).

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA

9.1 Será exigida a prestação de garantia pela CONTRATADA, no percentual de 5% (por cento) do valor total do contrato, a ser comprovada no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a partir da data da assinatura do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.

9.2 A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública; ou
- b) Seguro-garantia; ou
- c) Fiança bancária.

9.2.1 Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tais como a responsabilidade por multas e obrigações trabalhistas, previdenciárias ou sociais.

9.2.2 Caso o valor global da proposta da Adjudicatária seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas “a” e “b” do § 1º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993, será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, igual à diferença entre o menor valor referido no citado dispositivo legal e o valor da correspondente proposta.

9.3 No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado em Conta indicada pela CONTRATANTE, mediante depósito identificado a crédito da CONTRATANTE.

9.4 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

9.5 A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante a vigência do contrato.

9.6 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

9.7 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

9.8 Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela CONTRATANTE, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

CONTRATADA, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.

9.9 Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da CONTRATADA, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à CONTRATANTE.

9.9.1 A garantia prestada pela licitante vencedora será restituída ou liberada em até 60 (sessenta) dias após o recebimento definitivo do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PREÇO, RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DO PAGAMENTO

10.1 Os preços são fixos e irrevogáveis

10.2 Recursos para pagamento/Dotações:

302/2018 00008.00013. 00015.00451.0014.2072.3.3.9.0.00.00.00.00.00 – Manutenção e ampliação da iluminação pública;
293/2018 00008.00013. 00015.00451.0014.2072.3.3.9.0.00.00.00.00.00 – Manutenção e ampliação da iluminação pública; e
171/2018 00008.00013. 00015.00451.0014.2072.3.3.9.0.00.00.00.00.00 – Manutenção e ampliação da iluminação pública.

10.3 A Nota Fiscal/Fatura será emitida pela CONTRATADA de acordo com os seguintes procedimentos:

10.3.1 Ao final de cada etapa da execução contratual, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada.

10.3.2 Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, estiverem executados em sua totalidade.

10.4 A CONTRATANTE deverá aprovar ou rejeitar, a medição prévia relatada pela CONTRATADA, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados.

10.4.1 A aprovação da medição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

10.4.2 O pagamento será efetuado mensalmente, após medição e posterior aprovação, em até 30 (trinta) dias, através de depósito na conta corrente da CONTRATADA, acompanhada:

- Nota Fiscal, devidamente datada e assinada pelo Superintendente de Gestão Compartilhada e Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;
- do laudo de medição e vistoria;
- comprovantes de pagamento de salários, dos trabalhadores da obra referente ao mês da prestação de serviços.
- guias de recolhimento do FGTS e INSS dos empregados da obra, referente ao mês da prestação de serviços;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

- da respectiva ART de execução, emitida antes do início da execução da obra (art. 3º. da Resolução 425/98 do CONFEA);

- Prova de regularidade perante o Instituto nacional do Seguro social - INSS e o FGTS – CRF;

10.5 A CONTRATADA é obrigada a cumprir o estabelecido no art. 31, parágrafo 1º, da lei federal 8.212, de 24 de julho de 1991 (retenção de 11% do valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços e o seu recolhimento), salvo isenções previstas em lei.

10.6 A CONTRATADA deverá emitir Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada.

10.7 A aprovação da Nota Fiscal/Fatura fica condicionada à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA com os serviços efetivamente executados.

10.8 Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

10.9 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1991, salvo isenções previstas em Lei.

10.10 Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

10.11 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta- corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

10.12 Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.13 A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

10.14 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido será atualizado monetariamente nos termos do art. 117 da Constituição Estadual de SC, acrescido da multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, *pro rata die*.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

11.1 Nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993, a CONTRATADA ficará obrigada a



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.1.1 Em caso de reforma, o limite fixado para os acréscimos é de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

11.1.2 O conjunto de acréscimos e o conjunto de supressões serão calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração acima estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 De conformidade com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações subseqüentes, no caso de descumprimento das condições do contrato, poderá o CONTRATANTE, garantida a prévia defesa e observada a gravidade da ocorrência, aplicar ao CONTRATADO as seguintes sanções:

12.1.1 **multa de 10%** (dez por cento) do valor total do contrato, para o caso de ocorrer recusa injustificada ou desinteresse para assinatura do contrato, após devidamente convocada e dentro do prazo estabelecido pela Administração;

12.1.2 **multa de 10%** (dez por cento) do valor da fatura, relativa aos serviços executados em atraso, quando as obras não tiverem o andamento previsto no cronograma;

12.1.3 **multa de 0,5%** (cinco décimos por cento) do valor do contrato, por dia que exceder o prazo para início das obras;

12.1.4 **multa de 0,5%** (cinco décimos por cento) do valor do contrato atualizado, por dia que exceder o prazo para conclusão das obras, até o limite de 20 (vinte) dias, a partir de quando será considerada inexecução parcial do objeto, autorizando o CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

12.1.5 **multa de 10%** (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato, em caso de rescisão motivada pela contratada ou por iniciativa da mesma (sem justo motivo);

12.1.6 As penalidades estabelecidas nos itens 12.1.3 e 12.1.4 poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, nos termos do art. 87 da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

12.2 A inexecução parcial ou total do contrato, sujeitará a CONTRATADA, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

12.2.1 **advertência**, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Contrato e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

12.2.2 **multa de 10%** (dez por cento) sobre o valor não executado do contrato pela inexecução parcial;

12.2.3 **multa de 15% (quinze por cento)** sobre o valor do contrato pela inexecução total;

12.2.4 **multa de 2% (dois por cento)** do valor do contrato, a critério do órgão competente do Município quando os serviços não forem executados perfeitamente de acordo com as Especificações Técnicas aplicáveis no caso, e quando a administração ou a fiscalização for erroneamente informada;

12.3 Poderá ser aplicada sanção de **suspensão temporária** de participar em licitação e **impedimentos de contratar** com o Município de Gaspar/SC, com base no inciso III, art. 87, da Lei n.º 8.666/93, por até 2 (dois) anos, por culpa ou dolo, no caso de inexecução parcial ou total do objeto.

12.3.1 *Tal penalidade pode implicar suspensão de licitar e impedimento de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, conforme Parecer n.º 87/2011/DECOR/CGU/AGU e Nota n.º 205/2011/DECOR/CGU/AGU e Acórdãos n.º 2.218/2011 e n.º 3.757/2011, da 1ª Câmara do TCU.*

12.4 Será aplicada sanção de **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, com base no inciso IV, art. 87, da Lei n.º 8.666/93, dentre outros casos, quando:

12.4.1 Tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.4.2 Praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

12.4.3 Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com o Município de Gaspar, em virtude de atos ilícitos praticados;

12.4.4 Reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do contrato, sem consentimento prévio do Município de Gaspar;

12.4.5 Ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei n.º 8.666/93, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento do Município de Gaspar após a assinatura do contrato;

12.4.6 Apresentação, ao Município de Gaspar, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;

12.4.7 Inexecução total do objeto.

12.5 As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de contratar com o Município



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

de Gaspar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao CONTRATADO juntamente à de multa.

12.6 O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao CONTRATADO.

12.7 Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica o CONTRATADO obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

12.8 Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, o valor devido será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

12.9 Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dias) dias úteis, contado da solicitação do CONTRATANTE.

12.10A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

12.11 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

12.12 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.13 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1 São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993:

- I. o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II. o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- III. a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;
- IV. o atraso injustificado no início do serviço;
- V. a paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI. a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
- VII. o desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VIII. o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

Lei nº 8.666, de 1993;

IX. a decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;

X. a dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;

XI. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;

XII. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

XIII. a supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

XIV. a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;

XV. o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;

XVI. a não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;

XVII. a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

XVIII. o descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

13.2 Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.3 A rescisão deste Contrato poderá ser:

13.3.1 determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII desta cláusula;

13.3.2 amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

conveniência para a Administração;

13.3.3 judicial, nos termos da legislação.

13.4A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.5 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

13.5.1 devolução da garantia;

13.5.2 pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

13.6A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

13.7O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

13.7.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3 Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REPARAÇÕES

14.1A rescisão de que trata a cláusula treze poderá acarretar as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato e na legislação vigente:

14.1.1 Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do Município;

14.1.2 Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregados na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso V do art. 58 da Lei 8.666/93;

14.1.3 Execução da garantia contratual, para ressarcimento do Município, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

14.1.4 Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao Município.

14.2A aplicação das medidas previstas nos itens 14.1.1 e 14.1.2 fica a critério do Município, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

14.3 É permitido ao Município, no caso de concordata da CONTRATADA, manter o contrato, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

14.4 Na hipótese do item 14.1.2, o ato deverá ser precedido de autorização expressa da Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIA CONTRATUAL

15.1 O prazo de emissão da Ordem de Serviço será de **10 (dez) dias úteis** (analisar se tem garantia), contados da assinatura do Contrato.

15.2 O prazo de início da execução será de **10 (dez) dias**, contados do recebimento da respectiva Ordem de Serviço.

15.3 O prazo de conclusão e entrega da obra será de **90 (noventa) dias**, contados do recebimento da Ordem de Serviço. O prazo de conclusão/entrega dos serviços será fixo e improrrogável, salvo motivo previsto em lei, comunicado pela contratada, **por escrito**, ao fiscal responsável, antes do vencimento do prazo. Autorizado e oficializado por escrito pelo engenheiro do Município e Secretaria responsável, o prazo será prorrogado, dentro dos limites permitidos pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO

16.1 As partes contratantes dão ao presente Contrato o valor global de R\$ _____(....), para todos os legais e jurídicos efeitos.

16.1.1 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Aplicam-se à este Contrato as disposições da Lei nº 8.666/93, e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

17.2 Os serviços serão executados pela CONTRATADA na forma descrita no Projeto Básico e seus anexos.

17.2.1 Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Projeto Básico e de acordo com os termos da proposta, promovendo, quando requerido, sua substituição.

17.3 Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE GASPAR
CNPJ 83.102.244/0001-02

decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 10.406/2002, Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, na Lei Complementar nº 123, de 2006, na Lei nº 8.666, de 1993, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Gaspar (SC), em de de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

CONTRATANTE

(razão social)

CONTRATADA

Testemunhas